



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ORIENTADORA: MICHELLY ELIAS

DANIELLY TAYNÁ SANTOS COSTA

**As condições de subalternidade enfrentada pelas mulheres no mundo do trabalho e  
a feminização do Serviço Social brasileiro**

BRASÍLIA – DF

Julho/2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER  
PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
ORIENTADORA: MICHELLY ELIAS

DANIELLY TAYNÁ SANTOS COSTA

**As condições de subalternidade enfrentada pelas mulheres no mundo do trabalho e  
a feminização do Serviço Social brasileiro**

Monografia apresentada ao  
Departamento de Serviço Social – SER  
do Instituto de Ciências Humanas – IH  
da Universidade de Brasília – UnB para  
obtenção do título de bacharela em  
Serviço Social.

**Orientadora:** Profª Michelly Elias

BRASÍLIA – DF

Julho/2017

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientadora: Professora: Michelly Elias**  
**Departamento de Serviço Social- SER/ UnB**

---

**Avaliadora interna: Maria Elaene Rodrigues Alves**  
**Departamento de Serviço Social- SER/ UnB**

---

**Avaliadora externa assistente social: Luana Viana de Oliveira**

## AGRADECIMENTO

Quero agradecer primeiramente ao meu Deus por ter me presenteado com essa oportunidade única que é estudar em uma universidade tão renomada e especial; pela capacitação em todos os momentos. Sem Ele eu jamais teria chegado até aqui. Obrigada, Jesus!

A minha família que me sempre esteve ao meu lado. Minha mãe e avó por sempre acreditarem no meu potencial. Ao meu tio João por todas as caronas, apoio e instruções sobre a vida acadêmica; A tia Veridiana por todo auxílio, sobretudo quanto aos textos mais técnicos e complexos; aos tios Wesley e Ellen pelo suporte instrumental nessa reta final; à tia Robby e ao tio Eduardo pelo apoio incondicional nesse semestre.

Agradeço também a minha querida amiga Ana Luiza por ter caminhado comigo durante esses anos de UnB; E claro, ao meu querido namorado, Silas, por me apoiar e compreender minha ausência durante esse tempo de construção do TCC.

E por fim, não menos importante, a minha orientadora que com muita paciência e diligência me acompanhou nesse período, ajudando a pesquisar e concretizar a temática escolhida.

Obrigada.

## RESUMO

O trabalho de conclusão de curso teve por objetivo estudar as implicações da divisão sexual do trabalho no processo de inserção das mulheres no trabalho profissional do assistente social na atualidade. Para a concretização nossos dados foram coletados em autoras/es que tratam da feminização das profissões, em destaque o Serviço Social, e de suas consequências. Pesquisamos objetivamente as determinações da feminização da profissão, reflexões sobre o desprestígio social dado à profissão por conta da feminização e ainda compreender a entrada da mulher no mercado de trabalho na atualidade. Diante disso foi feito uma pesquisa qualitativa com os temas: mundo do trabalho, divisão sexual do trabalho, Serviço Social brasileiro e a feminização da categoria. Essas temáticas nos proporcionaram a compreender mais uma vez como o mundo do trabalho tem como um de seus pilares as desigualdades de gênero, além do que as oportunidades desiguais oferecidas às mulheres são consequências de uma cultura patriarcal que foi intensificada no contexto da reestruturação produtiva. Constatou-se ainda que a questão da divisão sexual do trabalho está imbricada aos debates da sociedade capitalista, em particular no contexto da reestruturação produtiva e do neoliberalismo que foram se associando cada vez mais à desigualdade de gênero para ampliar o processo de acumulação do capital.

**Palavras chave:** Divisão sexual do trabalho, Serviço Social, feminização.

## ABSTRACT

The aim of the work course is to study the implications of the sexual division of labor in the process of insertion of women into the professional labor at the social worker field in the present time. To materialize it our collected dates were made by authors that deal with the feminization of the professions, in particular the Social Service, and its consequences. We objectively researched the determinations of the process of that feminization, and its reflections on the social stigma given to the profession due to this, and also to understand the entry of women into the labor market today. A qualitative research was made with the following themes: the work world, the sexual division of labor, the Brazilian Social Service and the feminization of it. These themes have provided us with an understanding of how, once again, gender inequalities are one of the pillars of the labor market, and the unequal opportunities offered to women are consequences of a patriarchal culture that has intensified in the context of productive restructuring. It was also noted that the question of the sexual division of labor is connected with the debates of capitalist society, particularly in the context of productive restructuring and neoliberalism, that mechanism have been used which have been used to accelerate the process of capital accumulation.

**Keywords:** Sexual division of labor, Social work, feminization

## **Lista de Abreviaturas e Siglas:**

**UnB-** Universidade de Brasília

**TCC-** Trabalho de Conclusão de Curso

**SER-** Departamento de Serviço Social

**CEAS-** Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo

**PT-** Partido dos trabalhadores

**PBF-** Programa Bolsa Família

**CEFSS-** Conselho Federal de Serviço Social

**ONG-** Organização não governamental

**CLT-** Consolidação das leis de Trabalho

**LOAS-** Lei orgânica de Assistência Social

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. TRABALHO, SOCIABILIDADE E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO .....	12
<b>1.1 O mundo do trabalho e suas transformações a partir da década de 1970</b>	<b>12</b>
<b>1.2 Divisão sexual do trabalho e a mulher no mundo do trabalho na contemporaneidade.....</b>	<b>26</b>
2. O SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE	35
<b>2.1 Os principais aspectos da profissionalização do Serviço Social no Brasil</b>	<b>35</b>
<b>2.2 O trabalho e os espaços sócio ocupacionais do Assistente Social na atualidade brasileira .....</b>	<b>46</b>
3. A FEMINIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E A INSERÇÃO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO.....	52
<b>3.1 O processo de feminização do Serviço Social no Brasil.....</b>	<b>52</b>
<b>3.2 As contribuições do feminismo no enfrentamento às relações de subalternidade enfrentadas pelo Serviço Social na atualidade .....</b>	<b>61</b>
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	66
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	68



## INTRODUÇÃO

Tendo como ponto de partida a divisão sexual do trabalho, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre as condições de subalternidade enfrentada pelas mulheres no mercado de trabalho tendo como referência o processo de feminização no Serviço Social.

O interesse pelo tema surgiu após realização de um artigo que estudava a “Feminização e Serviço Social: uma análise da relação entre questão social e gênero no desenvolvimento da profissão”, na disciplina: gênero, raça/etnia e política social, realizada no ano de 2016, no curso de Serviço Social na Universidade de Brasília. O debate trouxe reflexões sobre a predominância feminina na profissão do Serviço Social e seus reflexos acerca da questão da subalternização da mulher na sociedade dentro e fora do mercado de trabalho.

Veremos que o desenvolvimento da profissionalização do Serviço Social foi marcado por determinantes econômicos, sociais e culturais que inseriram de forma direta as mulheres na profissão, e que essas primeiras mulheres envolvidas com a categoria deveriam ser ligadas à Igreja Católica, possuir boa conduta, amor ao próximo, abnegação e ainda possuir comportamentos adequados que visassem o ensino, o amor e a educação dos cidadãos, pois, frente à sociedade, essas eram características inerentes às mulheres.

Pensando na realidade da lógica da feminização da profissão e as suas implicações, os debates acerca de gênero e Serviço Social são fundamentais para o enfrentamento da subalternidade e precarização do trabalho conferido historicamente às profissões exercidas predominantemente por mulheres.

Este trabalho nasce das inquietações advindas desde o primeiro momento em que se ingressa na graduação; em que as salas são compostas majoritariamente por mulheres, o que implica, por consequência, que existirão mais profissionais mulheres exercendo a profissão do que homens. Logo, se torna relevante, abordar esse tema dentro do Serviço Social, pois possibilita discussões que rompam com o conservadorismo que ainda existe na profissão e determinismos biológicos das características femininas que as levam para determinadas profissões. Portanto,

objetivamos compreender o recorte de gênero que existe dentro de algumas profissões, com destaque para o Serviço Social; as implicações históricas e culturais que influenciaram essa estrutura, considerando a questão da divisão sexual do trabalho que atribui atividades sociais notoriamente distintas e desiguais.

No decorrer da leitura do trabalho, veremos que desde a gênese da profissão, a presença das mulheres foi marca significativa e construtiva da categoria. Esse fenômeno corresponde à lógica da divisão sexual do trabalho a qual a profissão está inserida.

Para o alcance dos objetivos propostos, realizamos a partir de uma perspectiva histórica e dialética, uma pesquisa de caráter qualitativo, que nos proporciona os “significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2011, p. 22). A partir disso, realizamos o levantamento e a revisão bibliográfica que nos permitiu abordar os principais conceitos e categorias acerca do tema estudado. Assim, os estudos foram realizados em autoras/es que tratam da feminização das profissões, em destaque para o Serviço Social, processos de trabalho, divisão sexual do trabalho, o histórico do Serviço Social e outros. E para entendermos as questões acerca de como a mulher se encontra hoje no mundo do trabalho; feminismo e gênero; o Serviço Social e as mulheres, utilizaremos: Nogueira (2004), Saffioti (1969), Yannoulas (2013), Iamamoto (2009), Cisne (2004) e outras. Sendo assim, a seguinte pesquisa teve como principais procedimentos metodológicos: realização de levantamento bibliográfico, revisão bibliográfica, fichamentos, análise do conteúdo pesquisado e escrita final do trabalho.

A organização do trabalho se dá em três capítulos: no primeiro capítulo, será abordado o processo de trabalho frente às transformações societárias, e suas influências na sociabilidade humana e como se deu a inserção da mulher nesse processo. Para essa discussão, faremos um breve percurso sobre o seu aparecimento na sociedade escravista, feudal e capitalista. Já no segundo capítulo, os debates levantados serão sobre os principais aspectos da profissionalização do Serviço Social no Brasil e como se dá o trabalho e os espaços sócio ocupacionais do assistente social na atualidade brasileira. E por fim, o terceiro capítulo consiste em abordar a questão sobre a feminização do Serviço Social no Brasil e como essa profissão é enxergada, uma vez

que a divisão sexual do trabalho nos marcos das relações de produção capitalistas vem interferindo historicamente em sua caracterização.

Desta forma nossa análise será realizada considerando as contradições da realidade, do processo histórico, da inserção da mulher no mercado de trabalho e suas implicações frente à organização capitalista.

## 1. TRABALHO, SOCIABILIDADE E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O presente capítulo tem por objetivo discorrer sobre o processo de trabalho frente às transformações societárias, suas influências na sociabilidade humana e como se deu a inserção da mulher nesse mundo. Para essa discussão, será feito um breve percurso sobre o seu aparecimento na sociedade escravista, feudal e capitalista.

Vimos que com o avanço da sociedade e dos meios produtivos, os homens ampliaram a produção para além dos requisitos básicos e partir desse processo as relações societárias acirraram suas contradições. Com isso, abordaremos ainda o fenômeno da divisão sexual do trabalho e sua relação como modo de produção capitalista.

### 1.1 O mundo do trabalho e suas transformações a partir da década de 1970

O trabalho “é um elemento fundante da vida humana” (LUCKÁCS, 1968). A partir dessa afirmação, conseguimos compreender que a noção de trabalho luckasiana sofre influência da concepção marxiana. Luckács (1968) em *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem* destaca sobre a ontologia do ser social que:

Não seremos capazes de captar sua especificidade (do ser social) se não compreendermos que um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico. (LUCKÁCS, 1968, p. 03).

Com isso, sabemos que a partir do trabalho se estabelece historicamente formas de sociabilidade do homem que expressa o modelo da práxis humano-social. Essa categoria nos faz compreender as especificidades do ser social do ponto de vista ontológico, logo, pode-se afirmar, segundo Luckács (1968, p.05), que “o trabalho considerado em sua forma originária, deve ser tomado como a atividade chave do intercâmbio entre o homem e a natureza”.

Conforme Braz e Netto (2008), o trabalho é sempre coletivo, intermediado por um instrumento e para sua concretude, e o que o diferencia de atos naturais, são a previa-ideação e objetivação. Logo, todo ato de trabalho possui caráter social:

Em primeiro lugar, porque ele é também o resultado da história passada, é expressão do desenvolvimento anterior de toda a sociedade. Em segundo

lugar, porque o novo objeto promove alterações da situação histórica concreta em que vive toda a sociedade; abre novas possibilidades e gera novas necessidades que conduzirão o desenvolvimento do futuro. Em terceiro lugar, porque os novos conhecimentos adquiridos se generalizam em duas dimensões: tornam-se aplicáveis às situações mais diversas e transformam-se em patrimônio genérico de toda a humanidade na medida em que todos os indivíduos passam a compartilhar dos mesmos. (LESSA; TONET, 2008, p. 25).

Diante das mais diversas formações sociais, o trabalho se instaurou de forma diferente, porém o seu conceito pode ser entendido de forma universal para todas. Nas palavras de Lessa e Tonet (2008), trabalho seria:

O fundamento do ser social porque transforma a natureza na base material indispensável ao mundo dos homens. Ele possibilita que, ao transformarem a natureza, os homens também se transformem. E essa articulada transformação da natureza e dos indivíduos permite a constante construção de novas situações históricas, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante. É por esse processo de acumulação de novas situações e de novos conhecimentos- o que significa novas possibilidades de evolução – que faz com que o desenvolvimento do ser social seja ontologicamente (isto é, no plano do ser) distinto da natureza. (LESSA; TONET, 2008, p. 26).

A história e a organização do mundo do trabalho são guiadas segundo as necessidades e evoluções dos homens e mulheres como um todo. Foi visto que ao longo dos anos, a humanidade passou por inúmeras transformações que trazem à luz dos dias atuais suas consequências. Essas transformações alteraram todo o percurso social, político e principalmente econômico do mundo, mas, vale destacar que algumas sociedades foram alcançadas e impactadas de modos e em tempos diferentes.

Sabemos que “por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos”. (LESSA; TONET, 2008, p.17). É, portanto, por meio do trabalho que o ser humano se torna um ser social<sup>1</sup> que consegue idealizar suas ações realizando o processo que os difere dos animais:

[...] em primeiro lugar, porque a ação e seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática. É essa capacidade de idear (isto é, de criar ideias) antes de objetivar (isto é, de construir objetiva ou

---

<sup>1</sup> O surgimento do ser social foi o resultado de um processo mensurável numa escala de milhares de anos. Através dele, uma espécie natural, sem deixar de participar da natureza, transformou-se, através do trabalho, em algo diverso da natureza- mas essa transformação deveu-se à sua própria atividade, o trabalho: foi mediante ao trabalho que os membros dessa espécie tornaram seres que, a partir de uma base natural (seu corpo suas pulsões, seu metabolismo etc.), desenvolveram características e traços que os distinguem da natureza. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 37).

materialmente) que funda, para Marx, a diferença do homem em relação à natureza, a evolução humana. (LESSA; TONET, 2008, p.18).

As novas dinâmicas sociais instauradas mediante a evolução do capitalismo propuseram a curto e a médio prazo um novo modo de produção de trabalho, logo, o trabalho se organizou de diferentes formas diante das diferentes sociedades<sup>2</sup> existentes historicamente. Partindo para a análise do trabalho na sociedade capitalista<sup>3</sup>, se torna necessário entender que a riqueza produzida advém da exploração do trabalho, passando a dividir a sociedade nos que possuem os meios de produção e aqueles que vendem a sua força de trabalho:

O capitalista compra a força de trabalho dos trabalhadores pelo seu valor, paga-lhes um salário que corresponde ao valor da sua reprodução. Até aqui, como se verifica, não há diferença significativa entre a compra, pelo capitalista, de meios de produção e força de trabalho: aí se revelará a peculiaridade da força de trabalho, aquilo que faz dela uma mercadoria especial. Com efeito, comprando a força de trabalho do proletário pelo seu valor, o capitalista tem o direito de dispor do seu valor de uso, isto é, de dispor da sua capacidade de trabalho, capacidade de movimentar os meios de produção. Mas a força de trabalho possui uma qualidade única, um traço que a distingue de todas as outras mercadorias: ela cria valor- ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa. E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) - e este último é maior que o primeiro”. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 100).

Todavia, o desenvolvimento do capitalismo se deu permeado por sucessivas crises<sup>4</sup> econômicas resultantes de sua própria dinâmica. As transformações<sup>5</sup> societárias que ocorreram durante o modo de produção capitalista interferiram diretamente nas relações políticas, sociais e econômicas, resultando em uma nova dinâmica para as relações sociais. Sendo assim:

---

<sup>2</sup> Sociedade escravista, feudal e capitalista.

<sup>3</sup> A história, real e concreta, do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando da produção pelo capital, é a história de uma sucessão de crises econômicas- de 1825 até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômica foram catorze vezes acompanhadas por crises; a última explodiu em 1937/1938, mas foi interrompida pela guerra. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 156).

<sup>4</sup>“Inicialmente, tais crises eram mais ou menos localizadas (a primeira, de 1825, envolveu praticamente apenas a Inglaterra); desde 1847-1848, elas passaram a ganhar dimensão mundial- e a mais grave do século XIX foi a que eclodiu em 1873”. (NETTO; BRAZ, 2008, p.156).

<sup>5</sup>“As transformações na produção e no trabalho têm recebido interpretações variadas que buscam, a partir da identificação e quantificação das mudanças na estrutura ocupacional e nas relações de trabalho, apreender sua direção e ressaltar suas implicações sociais”. (TONI; 2003, p.251).

Ao longo de sua existência, o capitalismo moveu-se (move-se) e transformou-se (transforma-se); mobilidade e transformação estão sempre presente nele: mobilidade e transformação constituem o capitalismo, graças ao rápido e intenso desenvolvimento de forças produtivas que é a sua marca. (NETTO; BRAZ; 2008, p.169).

Uma vez que as forças produtivas movem o capitalismo diante da sua necessidade em manter a média da sua taxa média de lucro, suas crises cíclicas fazem parte do seu próprio desenvolvimento. Diante disso, é essencial levantar as considerações da teoria marxiana no que diz respeito ao trabalho, modo de produção e capitalismo para melhor entendermos a organização da sociedade. Em suas concepções, juntamente com Engels, percebem ao longo da história as vastas transformações de ordem social que originaram o capitalismo:

Antes de sobrevir a produção capitalista, isto é, na Idade Média, dominava, com caráter geral, a pequena indústria, baseada na propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção: no campo, a agricultura corria a cargo de pequenos lavradores, livres ou vassalos; nas cidades, a indústria achava-se nas mãos dos artesãos. Os meios de trabalho - a terra, os instrumentos agrícolas, a oficina, as ferramentas - eram meios de trabalho individual, destinados unicamente ao uso individual e, portanto, forçosamente, mesquinhos, diminutos, limitados. Mas isso mesmo levava a que pertencessem, em geral, ao próprio produtor. O papel histórico do modo capitalista de produção e do seu portador - a burguesia - consistiu precisamente em concentrar e desenvolver esses dispersos e mesquinhos meios de produção, transformando-os nas poderosas alavancas produtoras dos tempos atuais. Esse processo, que a burguesia vem desenvolvendo desde o século XV e que passa historicamente pelas três etapas da cooperação simples, a manufatura e a grande indústria, é minuciosamente exposto por Marx na 4ª parte de O Capital. Mas a burguesia, como fica também demonstrado nessa obra, não podia converter aqueles primitivos meios de produção em poderosas forças produtivas sem transformá-los de meios individuais de produção em meios sociais, só manejáveis por uma coletividade de homens. A roca, o tear manual e o martelo do ferreiro foram substituídos pela máquina de fiar, pelo tear mecânico, pelo martelo movido a vapor; a oficina individual deu o lugar à fábrica, que impõe a cooperação de centenas e milhares de operários. E, com os meios de produção, transformou-se a própria produção, deixando de ser uma cadeia de atos individuais para converter-se numa cadeia de atos sociais, e os produtos transformaram-se de produtos individuais em produtos sociais. O fio, as telas, os artigos de metal que agora saíam da fábrica eram produto do trabalho coletivo de um grande número de operários, por cujas mãos tinha que passar sucessivamente para a sua elaboração. Já ninguém podia dizer: isso foi feito por mim, esse produto é meu. (ENGELS, 1978, p. 56-57).

Nesse sentido, vemos que a sociabilidade humana perpassa pela produção e distribuição de bens materiais devido às necessidades humanas, e percebemos que os processos de trabalho geraram gradativas transformações que vão muito além de suprir as necessidades básicas, uma vez que foram proporcionando também o

desenvolvimento e a complexificação das relações sociais, a exemplo do modo de produção capitalista.

Compreendemos que o trabalho é a base econômica de qualquer sociedade, sendo assim, o que foi mencionado como sociedade “são os modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõe que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui”. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 37). O ser social é a caracterização do indivíduo que trabalha, “trata-se do processo do qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmo (isto é, se autoproduziram como resultado de sua própria atividade), tornando-se- para além de seres naturais- seres sociais”. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 37).

As primeiras formas de organizações de trabalho se deram de modo escravista<sup>6</sup>. As sociedades escravistas se desenvolviam da seguinte forma:

Já que toda a produção destes pertencia ao seu senhor, aos escravos não interessava o aumento da produtividade. Ao contrário, eles afirmavam a sua humanidade rebelando-se contra as tarefas que lhes eram impostas. Por isso, durante o escravismo praticamente não ocorreu o desenvolvimento da técnica e dos métodos de organização de produção. Para os senhores, a única forma de aumentar a riqueza era aumentar a quantidade de escravos que possuíam. Para isso conquistaram enormes impérios, dos quais retiravam os escravos de que necessitavam. (LESSA; TONET; 2008, p.57).

Como mencionado, o enriquecimento dos senhores estava subordinado ao número de escravos que podiam comprar. Os senhores cada vez mais possuíam casas e mais serviços, e por isso precisavam comprar mais escravos, logo, com o avanço e crescimento desses números, os senhores já não tinham mais o controle de seus impérios e por temerem as grandes revoltas dos escravos contratavam soldados a fim de protegê-los. Os homens e mulheres que eram escravizados<sup>7</sup> estavam expostos a condições de vida sub-humanas. Além de serem obrigados a trabalhar desde o plantio até colheita das plantações, eram tratados com violência e eram expostos a todas as

---

<sup>6</sup>“Como modo de produção, o escravismo é típico do Mundo Antigo. A escravatura instaurada nas Américas, no processo de colonização que se seguiu à expansão marítima, será subordinada às formas sociais do modo de produção capitalista”. (NETTO; BRAZ; 2008, p.66).

<sup>7</sup> O escravismo, pelo seu próprio desenvolvimento, gerou contradições que o conduziram a um “beco sem saída”. Não tinha como continuar a existir e, contudo, não havia nenhum projeto de uma nova sociedade capaz de superar aquele impasse histórico. Os homens não podiam intervir conscientemente no processo de transição; ao contrário, foram por esse empurrados sem perceber adequadamente o que ocorria. (LESSA; TONET, 2009, p.52).



doenças possíveis, pois viviam em condições totalmente insalubres. É diante dessa realidade, em busca de controle, que foram surgindo “as primeiras formas de poder político condensadas no que se denominará Estado”. (NETTO; BRAZ; 2008, p.67).

O escravismo, assim como os modos de civilização adiante, são baseados na exploração de uma classe por outra e possui o seu desenvolvimento numa tênue contradição. Segundo Lessa e Tonet (2009):

A desorganização do comércio, resultante das invasões e das revoltas no interior do império, diminuiu ainda mais o lucro dos senhores, de modo que eles tinham ainda menos dinheiro para pagar os soldados e os funcionários públicos. Com menos recursos, a crise política e militar aumentou e a economia se desestruturou ainda mais. Esse círculo vicioso levou ao final do escravismo. (LESSA; TONET, 2009, p.59).

O declínio do escravismo “identifica-se com o apogeu do Império Romano e a crise deste será o golpe de morte no escravismo”. (NETTO; BRAZ; 2008, p.68), logo:

Essa ruína tornou-se tanto mais ampla quanto mais a produtividade do trabalho livre, potenciada pelo desenvolvimento de novas forças produtivas, foi asfixiada pela disseminação do escravismo. Assim, quando o Império Romano, sob a pressão das chamadas “invasões bárbaras”, desintegrou-se na metade inicial do primeiro milênio da nossa era, também foi abaixo o escravismo. (NETTO; BRAZ, 2008, p.68).

Portanto, a crise do escravismo perdurou-se em um longo processo de transição para o novo modo de produção, o feudalismo. Essa nova organização terá o seu grande diferencial no:

Fato de que – diferentemente de tudo o que ocorrera nas relações entre o escravo e o seu senhor – os servos ficavam com uma parte da produção e, assim sendo, interessava aos servos aumentá-la. Como resultado desse interesse, começaram a desenvolver novas ferramentas, novas técnicas produtivas, novas formas de organização do trabalho coletivo, aprimoraram as sementes, melhoraram as técnicas de preservação do solo. Em poucos séculos a produção voltou a crescer e, graças a melhor alimentação, a população aumentou. (LESSA; TONET, 2009, p.62).

Sendo assim, “a transição foi caótica, fragmentada e lenta, e o novo modo de produção, o feudalismo, se estruturou de modo muito diferenciado de lugar para lugar”. (LESSA; TONET; 2008, p.61).

A queda do Império Romano, como já supracitado, mudou o desenvolvimento<sup>8</sup> da sociedade e principalmente o de produção. O feudalismo proporcionou o surgimento do comércio e ampliou as estruturas da produção, e por essas razões, as novas formas de relações comerciais deram origem aos artesãos e comerciantes que sinalaram o aparecimento da classe burguesa<sup>9</sup>. Conforme Netto e Braz (2008) “as suas contradições internas foram potenciadas pelos efeitos do florescimento do comércio, expressos na consolidação crescente de uma economia de base mercantil”. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 70). A produção mercantil baseada no feudalismo, consolida a propriedade privada e divisão social do trabalho:

Na sua configuração mais geral, essa produção de mercadorias- que se designa como produção mercantil simples- assentava em dois pilares: o trabalho pessoal e o fato de artesãos e camponeses nela envolvidos serem os proprietários dos meios de produção que empregavam. Originalmente, esse tipo de produção não implicava relações de exploração: o camponês trabalhava solidariamente com membros da sua família e o mestre-artesão compartilhava as condições de trabalho e a vida de seus aprendizes e jornaleiros( as corporações eram, também originalmente, associações de pares: aprendizes e jornaleiros seriam os futuros mestres). Ademais, esse tipo de produção destinava-se basicamente a um mercado restrito, quase sempre de âmbito local, no qual os produtores conheciam as necessidades dos compradores.(NETTO; BRAZ, 2008, p. 81).

O avanço da produção no comércio desencadeou as modificações no regime feudal, o que levou as “relações básicas de economia feudal entre os próprios senhores (a terra começou a ser objeto de transação mercantil) e entre senhores e servos (a prestação em trabalho e espécie começaram a ser substituídas por pagamentos em dinheiro)”. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 71). Portanto, as alterações comerciais culminaram para a crise do feudalismo. Essa crise se desencadeou no século XIV, e “suas contradições internas foram potenciadas pelos efeitos do florescimento do

---

<sup>8</sup>A síntese dos atos singulares dos indivíduos concretos em tendências históricas universais faz com que as necessidades e possibilidades produzidas na esfera econômica (ou seja, nas atividades que convertem a natureza nos bens sociais) tenham um peso muito maior do que as necessidades produzidas nas outras atividades. A razão primordial para que isso ocorra está no caráter fundante do trabalho. Como os homens se organizam em sociedade prioritariamente para produzirem o indispensável à vida, são as necessidades e possibilidades geradas nessa esfera o fator predominante do desenvolvimento histórico. É isso que Marx queria dizer quando apontava a economia como o complexo predominante do desenvolvimento social – coisa muito distinta daquela interpretação de seu pensamento, infelizmente muito comum à esquerda e à direita, de que para o pensador alemão a vida se resumiria essencialmente à economia. (LESSA; TONET, 2009, p.73).

<sup>9</sup>A burguesia teve uma missão histórica: desenvolver as forças produtivas ao quebrar os entraves do modo de produção anterior. Mas, depois, o modo de produção capitalista tornou-se, por sua vez, um empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas, entrou em conflito permanente com elas- um conflito que ainda deve ser resolvido. A missão histórica da burguesia já está terminada: é uma classe de declínio, que só consegue defender-se por meio de violência e das artimanhas.(LEFEBVRE, 2009,p.91).

comércio, expressos na consolidação crescente de uma economia da base mercantil.” (NETTO; BRAZ, p. 2008, p. 70). Nesse período:

Precisamente no século XIV, a produção em que fundamentalmente se baseava o regime feudal (isto é: os cultivos e a pecuária) viu-se comprometida: as terras já cultivadas revelaram-se esgotadas e não havia recursos técnicos à época para recupera-las, novas terras apresentavam resultados pobres e a necessária expansão dos cultivos fez-se à base da redução de áreas para a pecuária. Por outra parte, limites técnicos reduziram amplamente a mineração de prata, com o que travou fortemente o curso do dinheiro (sob a forma de moeda metálica), o que trouxe grandes dificuldades, ainda que temporárias, para a vida comercial. Acresça-se a isso um outro fenômeno - a peste negra que, vinda Ásia em 1348, dizimou cerca de um quarto da população europeia- e ter-se-á o quadro que vai erodir o regime feudal, que parecera tão estável entre os séculos XI e XIV”. ( NETTO;BRAZ, 2008, p. 71).

Com os novos comércios e expansão das cidades, surgem então as novas classes sociais: “os artesãos e os comerciantes, também chamados de burgueses”. (LESSA;TONET 2009, p. 63). A sociedade burguesa, “formou-se, portanto, em um momento dado da história, com base em um certo desenvolvimento das forças produtivas”. (LEFEBVRE; 2009; p. 91). Diante dessa constante inovação de forças produtivas:

Do comercio local passou ao comercio por toda Europa. Em seguida, descobriu a África, o caminho marítimo para as Índias, as Américas e articulou um mercado mundo. Alguns séculos depois, com base nisso e no constante desenvolvimento das forças produtivas que ele possibilitou, a classe burguesa realizou a Revolução Industrial(1776- 1830). Apos a Revolução Industrial, a sociedade burguesa atingiu sua maturidade e amadureceram também as suas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. (LESSA; TONET, 2009, p. 63).

Conforme o esperado, a economia foi bastante impactada, o que a tornou mais “consolidada e ampliada”. (NETTO;BRAZ, 2008,p. 72). No âmbito político “ocorre uma centralização do poder, que vai encontrar a sua expressão maior na formação do Estado nacional moderno, através do surgimento do Estado absolutista”. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 72).

A maior característica do Estado absolutista<sup>10</sup> foi a repreensão das mobilizações dos camponeses, pois essa centralização do poder favorecia apenas os interesses dos grandes comerciantes. Os nobres “constituíam a classe parasitária” (NETTO;BRAZ,

---

<sup>10</sup>“ Dissemos que tal Estado inaugura o moderno Estado nacional. Com efeito, é com o absolutismo , a partir do século XVI, que surgem as estruturas próprias do Estado moderno, articulador da nação: uma força armada sob comando único, uma burocracia e um sistema fiscal”.(NETTO; BRAZ, 2008, p. 71).

2008, p. 73), o que implicava na exploração dos camponeses, esses que “estavam a pouco e pouco se livrando das obrigações da servidão”. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 73). É como resultado desse cenário que:

Sobrevém uma época de revolução social: as forças produtivas já não podem se desenvolver no marco das relações de produção – na sociedade, surgiram forças produtivas que exigiam novas relações (capitalistas, burguesas), mas estas eram travadas pelo Estado absolutista (que condensava relações de produção feudais). Sobreveio a Revolução Burguesa. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 74).

A Revolução Burguesa progride para a dispersão do Estado absolutista, que outrora, atendia aos interesses da burguesia, porém se transformara “em obstáculo para o desenvolvimento burguês”. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 74). Em meados dos anos 1789 a influência política passa a pertencer a burguesia, onde o período :

Não constitui mais que o desfecho de uma luta de classes plurissecular, que teve no domínio da cultura e das ideias um campo de batalhas decisivo, como o provam a Reforma protestante e a Ilustração. Foi a hegemonia conquistada pela burguesia no terreno das ideias que lhe permitiu organizar o povo (o conjunto do terceiro Estado) e a liderá-lo na luta que pôs fim ao Antigo Regime. (NETTO; BRAZ, p. 75).

O século XIX abre ainda as portas para o desenvolvimento do Estado burguês frente a classe dominante que começava a perceber as novas forças produtivas. Sendo assim: “criam-se as melhores condições para a concretização histórica do modo de produção que tem como uma de suas classes fundamentais a burguesia- trata-se do modo de produção capitalista, gestado no ventre do feudalismo”. (NETTO; BRAZ, 2008, p.75).

Assim sendo, o modo de produção capitalista transformou o trabalhador em operário<sup>11</sup>, e logo a sua força de trabalho passou a ser vista como mercadoria. Pertinentemente para o capital, o trabalhador que é inserido a esse modo de produção, é separado dos meios de produção. Essa separação é “o fundamento do que Marx e Engels chamara de período de acumulação do capital”. (LESSA; TONET; 2009, p.64). Esse sistema provoca numerosas formas de alienação:

A essência de todas elas está na redução dos homens a mera mercadoria (força de trabalho). As necessidades humanas são subordinadas às da

---

<sup>11</sup>“Para Marx, o trabalhador é todo o assalariado; o operário ou proletário é aquele assalariado que, nas fábricas e no campo, com seu trabalho manual, transforma a natureza nos meios de produção e de subsistência sem os quais não há sociedade possível”. (LESSA; TONET, 2009, p.64).

acumulação capitalista, o que significa dizer que os homens são tratados como mercadorias, isto é, como coisas, e não como seres humanos. Com isso, a relação entre os homens, na sociedade capitalista, se torna essencialmente desumana. Em vez de levar ao atendimento cada vez mais adequado das necessidades humanas, o desenvolvimento social produz desumanidades. (LESSA;TONET, 2009, p. 60).

Partindo dos pressupostos de Marx, podemos entender que o ser humano só tem valor no capitalismo enquanto oferece força produtiva através do trabalho na sociedade que ele está inserido. Frente à essa realidade, a concepção de trabalho alienado<sup>12</sup> em Marx está relacionada diretamente com capitalismo:

procurou mostrar que o trabalho alienado é intrínseco ao capitalismo e que essa forma de organização econômica da sociedade leva a uma opressão cada vez maior do trabalhador. Procurou mostrar, também, que, pelo trabalho alienado, o trabalhador não se identifica com o produto do seu trabalho, com seu próprio trabalho, bem como não se identifica enquanto membro da espécie humana. Portanto, a superação do trabalho alienado é a condição que possibilita a superação de um sistema que impede o desenvolvimento do ser humano. (BAVARESCO;LUZ, 2010, p.139).

Lessa e Tonet (2009) nos diz ainda que:

O que caracteriza a sociedade capitalista frente aos modos de produção anteriores é a redução da força de trabalho a mera mercadoria e, portanto, o desprezo absoluto das necessidades humanas. O resultado é o individualismo burguês: a redução da coletividade a mero instrumento para o enriquecimento privado dos indivíduos. (LESSA; TONET, 2009, p.62).

Percebemos na fala de Lessa e Tonet (2009) que o sistema necessita da força do trabalho para obtenção da mais-valia e aliena o trabalhador na intenção de obtenção da hegemonia do capital. Dessa forma, compreendemos que o capitalismo é baseado nas contradições entre o capital e trabalho. Nas falas de Netto e Braz (2008) vemos três exemplos dessas contradições:

1º a contradição entre a progressiva racionalidade que organiza a produção nas empresas capitalistas (planejamento, calculo das relações custo/ benefício etc.) e a irracionalidade do conjunto da produção capitalista (a ausência de um planejamento global dessa mesma produção); 2º a contradição entre a necessária ação de cada capitalista para maximizar seus lucros e resultado objetivo dessa ação, a queda da taxa de lucro; e 3º o crescimento da produção de mercadorias sem um correspondente crescimento da capacidade aquisitiva

---

<sup>12</sup>O conceito de trabalho alienado é um dos mais caros ao pensamento de Marx e, embora tenha surgido já no início de suas reflexões acerca da estrutura que sustenta o capitalismo, aparece também na sua obra de maturidade. É um conceito-chave para compreender a argumentação marxiana a respeito das relações que se dão, na forma capitalista de produção, entre o trabalho e o capital. Mas, também, mostra em que medida o próprio trabalhador se relaciona com o seu trabalho, consigo mesmo e com os demais seres humanos. (BAVARESCO;LUZ, 2010, p.142).

(a “demanda solvável) das massas trabalhadoras. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 164).

Depreende-se, então, que todas essas contradições partem de uma principal, a base do modo de produção capitalista: a produção é socializada, no entanto, a apropriação é privada. Uma vez que a socialização “é progressivamente aprofundada, envolvendo o conjunto das atividades econômicas em escala mundial” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 165), a apropriação de um “conjunto dos produtores diretos (os trabalhadores) cria um enorme excedente que é apropriado pelos donos dos meios de produção (os capitalista)”. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 165).

Considerando o processo histórico de formação do capitalismo, vemos que suas principais fases foram o capitalismo comercial/mercantil; concorrencial e imperialista. Com a chegada da manufatura, desenvolve-se o estágio “inicial do capitalismo, no qual o papel do grupo social dos comerciantes/mercadores foi decisivo – estágio por isso mesmo designado como capitalismo comercial (ou mercantil)”. (NETTO; BRAZ, 2018, p. 170).

De acordo com Netto e Braz (2008), o capitalismo ingressa em um novo estágio na segunda metade do século XVIII, pois “aproximadamente a partir da oitava década do século XVIII, configura-se esse segundo estágio do capitalismo, o capitalismo concorrencial (também chamado de “liberal” ou “clássico”)”. (NETTO; BRAZ, 2018, p. 170). Esse estágio<sup>13</sup> é marcado pela grande indústria e pelo processo de urbanização, além de estabelecer as bases do mercado mundial.

Com a consolidação do capitalismo concorrencial, houve o desenvolvimento dos monopólios na economia, assim como, o avanço de atividades financeiras enquanto resultado da fusão entre o capital industrial e bancário. A predominância dessa forma superior de acumulação do capital lançou as bases para a formação da fase imperialista – ou monopólica – do capital.

---

<sup>13</sup> A caracterização desse estágio como concorrencial explica-se em função das relativamente amplas possibilidades de negócios que se abriam aos pequenos e médios capitalistas: na escala em que as dimensões das empresas não demandavam grandes massas de capitais para a sua constituição, a “livre iniciativa” (“iniciativa privada”) tinha muitas chances de se consolidar em meio a uma concorrência desenfreada e generalizada embora as quebras e as falências durante as crises afetassem especialmente os pequenos e médio capitais, estes dispunham de oportunidades de investimento lucrativo que, no futuro, seriam cada vez menores, já que, à medida que se desenvolvia o capitalismo, mais se faziam sentir os efeitos da concentração e da centralização. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 172).

De forma geral, o imperialismo vem se constituindo desde as primeiras décadas do século XX em três momentos particulares, Braz e Netto (2008) nos diz que começa pelo período clássico de influência liberal, entre a primeira e a segunda guerra mundial; o período dos “trinta anos gloriosos”, entre 1945 até a década de 1970; e o período contemporâneo entre a década de 1970 até a atualidade. O amplo processo histórico da fase imperialista do capital causou inúmeras mudanças econômicas, políticas e sociais na sociedade. Nesse sentido, pontuaremos algumas características do período dos “trinta anos gloriosos” e do período contemporâneo.

Os “trinta anos gloriosos” foi o período em que principalmente nos países de economia central do capitalismo, se consolidou o modelo de produção do Fordismo/Taylorismo, associado à ampliação das políticas sociais por meio do Estado de Bem-Estar Social.

Permeado por inúmeras transformações, sabemos que “dentro do capitalismo há diferentes modelos de produção que se consolidam ao longo da história com as necessidades de mudanças advindas do movimento do capital”. (GUIMARÃES; 2013, p.28). O modelo idealizado por Ford, visava a máquina, não mais o homem, como central para a produção, logo “as peças deslocavam-se automática e ininterruptamente, suprimindo o trabalho de todos os homens da produção, sem esperas nem paradas”. (PINTO; 2010, p.37).

Com o avanço e crescimento da produção e consumo em massa durante as duas grandes guerras mundiais, “o sistema taylorista/fordista de organização expandiu-se nas economias capitalistas centrais”. (PINTO,2010, p. 44). Junto a isso, o modelo de produção fordista se vinculou aos Estados de bem-estar social:

Basicamente, trata-se de um modelo de governo em que a iniciativa pública, por meio de aparelhos estatais, é concebida como pilar fundamental não apenas nas áreas de saúde, educação e segurança, mas também quanto às políticas previdenciárias, de emprego e de renda da classe trabalhadora; no âmbito do mercado, o Estado assume ainda o papel de um agente essencial na condução do desenvolvimento econômico, seja através de intervenções reguladoras nas políticas comerciais, financeiras e industriais, seja constituindo empresas em pontos estratégicos das cadeias produtivas.(PINTO, 2010, p. 43).

Com a instabilidade econômica no pós - 45 até o final dos anos de 1960 tinha-se grande precaução na hora do investimento, diante disso “a indústria redirecionou suas

estratégias de padronização em larga escala para a crescente agregação tecnológica, maior qualidade e personalização de seus produtos”. (PINTO, 2010, p. 44). Assim, o “núcleo essencial do fordismo manteve-se forte até pelo menos 1973, baseado na produção em massa”. (ANTUNES; 2010, p. 28). Porém, esse modelo de produção chegou ao seu limite na década de 1970, quando a principal expressão do seu esgotamento foi o “choque do petróleo” de 1973, que envolvia uma profunda crise econômica por parte do capital.

Diante disso, mudanças no padrão de acumulação precisaram ser feitas, e desta forma se estabeleceu um conjunto de mudanças no modelo de produção, que ocasionou um processo de reestruturação produtiva.

Assim, os processos de produção foram alternados mediante a nova esfera do mercado, o que levou a:

- 1Alta flexibilidade da produção, ou capacidade de produzir diferentes modelos de produtos num curto período de tempo, mantendo-se ou não a larga escala;
- 2Altos índices de qualidade nos produtos, o que reduziria inclusive custos de produção, em vista do baixo volume de retrabalho;
- 3Baixos preços finais, o que poderia ser obtido não apenas pela redução o retrabalho e pela flexibilidade produtiva, mas também através da manutenção de uma “fabrica mínima”, operando sempre com baixíssima capacidade ociosa, tanto em termos de equipamentos, quanto de estoques e de efetivos de trabalhadores.
- 4Entrega rápida e precisa, com os pedidos sendo entregues no momento exato estipulado pelo cliente, na quantidade exata e com um controle de qualidade que lhe garantisse pronta utilização na maioria dos casos. (PINTO, 2010, p. 45).

Essa reestruturação do capital em meados dos anos 70 ocorre a partir da mundialização do capital “que induz a mudanças qualitativas nos planos produtivo (novas tecnologias e novos padrões de gestão e de organização do trabalho)” (TONI, 2003, p. 248) e no plano político, “predominância do ideário neoliberal, que coloca o mercado como instância reguladora privilegiada da vida em sociedade”. (TONI, 2003, p. 248).

Mediante a esse conjunto de transformações “macro e micro econômicas, entrou em vigor um novo regime de acumulação do capital em nível internacional, a “acumulação flexível”, conforme é denominado por Harvey (1992)”. (PINTO; 2010, p. 47). Esse tipo de acumulação teve como eixo central “a flexibilização dos mercados de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras comerciais,



do controle da iniciativa privada pelo Estado e, nesse ponto, devemos adentrar o âmbito das transformações ocorridas na esfera política”. (PINTO; 2010, p. 47).

De forma geral, a acumulação flexível estabeleceu uma estratégia para encarar “as condições críticas do desenvolvimento capitalista na etapa da crise estrutural do capital caracterizada pela crise de sobreacumulação, mundialização financeira e novo imperialismo”. (ALVES, 2011, p. 411).

Frente aos percalços e mudanças societárias, Harvey apud Alves (2011), explica a acumulação flexível como “o amplo movimento de transformações ocorridas na economia política e cultura do capitalismo mundial que surge a partir da grande crise de meados da década de 1970”. (ALVES, 2011, p. 412). Esse novo modelo trouxe a flexibilização da produção e diversificou as formas de exploração do trabalho a partir da década de 1970, o que levou à ampliação da força de trabalho assalariada e da produção de uma forma geral, ocasionando o aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho, assim como, da divisão sexual do trabalho.

Em síntese podemos dizer então que a reestruturação produtiva é:

Uma iniciativa inerente ao estabelecimento de um novo equilíbrio instável que tem, como exigência básica, a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera de produção, como nas relações sociais. (MOTA, 2008, p. 65).

Junto à reestruturação produtiva, houve em resposta à crise<sup>14</sup>, a expansão do neoliberalismo, defendendo que “o livre mercado possui mecanismos próprios para se reajustar durante as crises” (LEAL, 2006, p. 3). Sendo que diante desse posicionamento, os “neoliberais criticavam a intervenção do Estado e do planejamento”. (LEAL, 2006, p. 3).

As ideias do neoliberalismo foram adotadas primeiramente pelos Estados Unidos e Inglaterra e na década de 1990 se expandiram para a América Latina. Assim, “nos anos 80 vários países latino-americanos aderiram aos programas neoliberais sob ameaça de suspensão da renegociação da dívida externa”. (LEAL, 2006, p. 3). Já no Brasil, a

---

<sup>14</sup> Essa crise vem sendo enfrentada através de um processo de reestruturação produtiva, que se faz acompanhar de novas tecnologias que permitem uma produção flexível capaz de satisfazer as novas exigências do mercado e, assim, criar condições para que a oferta de bens e serviços possa acompanhar as mudanças de hábitos no consumo. (TEIXEIRA, 1996, p. 214).

instauração desses ideais começaram no governo Collor e se concretizaram no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Esse processo da reestruturação produtiva associado ao neoliberalismo implicou em profundas perdas para a classe trabalhadora em nível internacional, pois ocasionou uma perda significativa de direitos sociais e trabalhistas conquistados historicamente. Uma vez que na América Latina, esses direitos eram mais frágeis, as consequências foram ainda mais severas.

Diante disso, o capitalismo contemporâneo conseguiu intensificar a exploração da força de trabalho, como principal mecanismo de enfrentamento à crise do capital iniciada na década de 1970. Foi considerando essa estratégia, que a exploração da força de trabalho baseada na divisão sexual do trabalho se tornou um aspecto central desse processo.

Portanto, diante desses elementos, abordaremos a seguir algumas características acerca da mulher no mundo do trabalho na contemporaneidade.

## **1.2 Divisão sexual do trabalho e a mulher no mundo do trabalho na contemporaneidade**

Considerando que o espaço e “as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas são antes de tudo construções sociais”. (KERGOAT, 1998, p.1); abordaremos neste tópico como se deu divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista e suas implicações para a inserção das mulheres no mercado de trabalho no contexto contemporâneo.

Segundo Kergoat (1998) as prenoções do que seria a divisão sexual do trabalho foram usadas pelos etnólogos que conceituaram essa divisão como “repartição complementar das tarefas entre os homens e as mulheres nas sociedades que eles estudavam.” (KERGOAT, 1998, p.1). Mas, foram as antropólogas feministas que levantaram um outro viés para essa divisão, pois além de perceber que havia uma relação de poder do homem sobre a mulher, entendiam que “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade”. (KERGOAT, 1998, p.3).

O interesse pelo assunto teve impulso no início dos anos 1970 na França com o avanço do movimento feminista, que começou a estudar os fundamentos teóricos do que seria a divisão sexual do trabalho. Esse impulso foi baseado na consciência gerada nas mulheres: “tornou-se evidente que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, que este trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal”. (KERGOAT, 1998, p.2).

Partindo desses pressupostos e analisando as questões de gênero na sociedade capitalista, vemos que não devemos apenas “descrever as classificações/categorizações (ser homem, ser mulher), mas identificar como os significados atribuídos a estas interferem e contribuem na construção do mundo do trabalho”. (CISNE, 2004, p. 128). Uma vez que:

De um ponto de vista histórico, a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/ trabalho doméstico; fábrica, escritório/ família) apareceu simultaneamente com o capitalismo, a relação salarial só podendo surgir com a aparição do trabalho doméstico (deve-se notar de passagem que esta noção de trabalho doméstico não é nem aistórica nem transistórica; ao contrario, sua gênese é datada historicamente). Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto ao trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante as relações de produção. (CISNE, 2008, p. 129, *apud* HIRATA, 1989, p. 95).

Sem a criticidade diante desse debate teríamos apenas “ atribuição de atividades sociais diferentes e desiguais segundo o sexo” (CISNE, 2008, p. 130), quando deveríamos estudá-lo “como fruto de uma construção sócio-histórica, com nítido caráter econômico/de classe sobre a exploração e opressão da mulher”. (CISNE, 2008, p. 130). Diante dessa naturalização das atividades desenvolvidas pelas mulheres:

A subordinação da mulher e os “dons” ou habilidades ditas como femininas são apropriados pelo capital para a exploração da mão-de-obra feminina, pois as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres, ao serem vistos como atributos “naturais”, extensões de habilidades próprias do gênero feminino, são consideradas como dons e não trabalho. (CISNE, 2008, p. 130).

Dessa forma, o trabalho designado como de mulher no modo de produção capitalista:

Além de produzir, se apropria e “refuncionaliza” as subordinações das mulheres para o seu fortalecimento. Isso se dá à medida que, por meio dos seus interesses econômicos e pela ideologia que sustenta esses interesses, influencia diretamente na cultura, na educação diferenciada entre os sexos,

provocando desigualdades nas relações sociais de uma forma geral. (CISNE, 2008, p. 132).

Nessa fala a autora reforça a lógica do funcionamento do trabalho feminino na produção capitalista e como isso afeta as relações sociais na sociedade contemporânea. Conforme os estudos de Saffioti (1969), a mulher em todos os estágios da humanidade teve papel relevante na produção da riqueza social e na subsistência de sua família. Nas economias pré-capitalistas imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial<sup>15</sup>, a mulher trabalhava nos campos e nas manufaturas, além de realizar as tarefas domésticas.

Segundo Machado (2007), “as soluções para esse dilema tendem a ser privadas e assumidas quase que exclusivamente pelas mulheres. O resultado é o esforço das desigualdades de gênero no mercado de trabalho” (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007, p. 593). Portanto, entende-se que enquanto a família existiu como fonte de produção, as mulheres e crianças exerceram papel econômico essencial.

Na idade média, o trabalho desenvolvido entre as mulheres se organizavam numa divisão por categorias. Nogueira (2004) ressalta que as solteiras eram responsáveis por lavar e tecer, as mães ocupavam-se dos cuidados relativos às crianças pequenas e as mulheres de meia idade entretinham-se com as tarefas relacionadas com os adolescentes e com a cozinha, dentre outras atividades reprodutivas. Em contrapartida, na França, por exemplo, ainda na fase do antigo regime, a mulher já exercia atividades comerciais, mas no plano jurídico e político ainda era considerada inferior ao homem.

Nessa fase de transição, o capitalismo surge em condições adversas à mulher. Segundo Saffioti (1969), no processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão:

---

<sup>15</sup>Quando percorremos a história da Revolução Industrial, encontramos, desde o seu início, a presença das trabalhadoras assalariadas e uma persistente negação, ao longo da história, em considerar as mulheres como parte da classe trabalhadora. Dessa forma, as mulheres engajadas no trabalho assalariado foram tratadas como fora do seu lugar e, por isso, a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi, desde então tratada como uma ausência delas do espaço para o qual estavam “destinadas”- o espaço familiar doméstico. (ÁVILA, 2001, p. 22).

No nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (SAFFIOTI, 1969, p. 39).

Diante da organização capitalista, a mulher sofre desvantagens sociais como um todo. Vale destacar também que a força física do homem tem valorização ao ponto de justificar a hierarquização dos sexos no mundo do trabalho, todavia, “essa justificativa se torna extremamente vulnerável quando o homem desempenha funções que não requerem força muscular”. (SAFIOTTI, 1969, p.52). Percebemos que essa hierarquização das funções acaba por reforçar as dificuldades de integração da mulher na sociedade. Mediante a isso, podemos dizer então que a divisão sexual do trabalho é:

a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também, simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregados( políticos, religiosos, militares etc.). Esta forma de divisão social tem dois princípios: o princípio da separação (há trabalhos de homem e trabalhos de mulher) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher). Se esses dois princípios organizadores se encontram em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista, isso não quer dizer, entretanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, essas modalidades concretas variam fortemente no tempo e no espaço, como o demonstram abundantemente etnólogos/as e historiadores/ as. (KEGOART, 2001, p. 89 *apud* ÁVILA, 2001, p. 31).

Segundo Saffioti (1969), a condição da mulher nas sociedades de classes é vista como resultado da injunção de fatores de duas ordens: natural e social. O fato biológico, mas não exclusivo da mulher de se tornar mãe, é um dos fatores que são utilizados para justificar a inatividade profissional das mulheres; “a maneira pela qual a mulher desempenha suas funções do setor da sexualidade, da reprodução e da socialização dos filhos, exerce ponderável influência sobre o trabalho feminino”. (SAFIOTTI, 1969, p.61). Já a ordem social do trabalho é posta diante da não valorização das profissões ditas como femininas. No entanto, quando uma mulher se encontra dentro de uma profissão “masculina”, a única maneira de sua inserção é diante da lógica das hierarquizações de função, além do mais, essa lógica é vista no capitalismo como a única forma de ingresso da mulher no mundo do trabalho.

Ao longo do século XIX, houve um grande avanço nos estudos sobre a divisão sexual do trabalho, mas foi no século XX, a partir dos anos 70, que o “feminismo

contemporâneo, revelou, analisou e teorizou sobre esta divisão, produzindo avanços na teoria crítica”. (ÁVILA, 2001, p. 30). Assim:

Foi preciso que um movimento social se impusesse as categorias de sexo como variável social, logo, abordável sociologicamente; o que coloca em questão a diversidade das duas ordens, produtiva e reprodutiva, e interpela a acepção tradicional do conceito trabalho: é somente nas pegadas do feminismo, graças ao questionamento epistemológico que ele impôs, que a reflexão sobre as práticas sociais das operárias tornava-se possível. (KERGOAT, 1986, p. 81 *apud* ÁVILA, 2001, p. 30).

A instauração da divisão sexual do trabalho surge como elemento central das relações sociais de gênero, e monta uma nova ordem estabelecida pelos interesses do capital, reiterando as relações de dominação patriarcal<sup>16</sup> entre homens e mulheres. Portanto, “historicamente, com a expansão do trabalho assalariado, o capital se aproveitou da preexistente divisão entre homens e mulheres, e incorporou aquela divisão dentro da sua própria força de trabalho para a sua própria vantagem”. (ÁVILA, 2001, p. 20 *apud* MACKINTOSH, 1984, p.8).

Dessa forma, a expansão do trabalho assalariado monta uma estrutura favorável para o capital, pois vai reforçar a relação do poder dos homens com as mulheres. Sendo assim, é a partir dessa ordem do capital que os homens serão mais favorecidos dentro do mundo do trabalho<sup>17</sup>.

Segundo os estudos de Hirata (2002) existem duas correntes de estudos para a divisão sexual do trabalho:

A primeira remete mais a uma conceitualização em termos de ‘ vínculo social’. Por meio de seus conteúdos conceituais (solidariedade organiza, complementaridade, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão dos papéis). Já a segunda remete mais a uma conceitualização em termos de ‘relação social’ (divisão do trabalho, contradição, antagonismo, oposição, dominação, opressão, poder) de uma teoria geral das relações sociais. ( HIRATA, 2002, p. 279 *apud* ÁVILA, 2001, p. 32).

---

<sup>16</sup>“O termo patriarcado é muito antigo, mas “na nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social na qual os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente: o poder dos homens”. (ÁVILA, 2001, p. 21 *apud* DELPHY, 2002, p.154).

<sup>17</sup>“No Brasil, a questão das mulheres como trabalhadoras e como parte da classe trabalhadora também se constituiu como um problema historicamente marcado pela negação das mulheres como sujeitos”.(ÁVILA, 2001, p. 26).

Tomando por base o segundo viés de estudo, “haveria uma recomposição na divisão dos papéis, voltada, sobretudo para a esfera profissional, como uma maneira de se estabelecer a igualdade de oportunidades”. (ÁVILA, 2001, p. 33).

A divisão sexual do trabalho tem por consequência ainda, a influência na reprodução ampliada das diferentes instituições sociais. Hirata (1986) diz que “ tal divisão orienta a formação escolar, influi na linguagem que nomeia os elementos do mundo do trabalho, definido o que é masculino e feminino, a percepção sobre a família e sobre a política pública”. (ÁVILA, 2001, p. 34). Logo, “a primeira marca do patriarcado na divisão do trabalho segundo os sexos aparece no nível da linguagem”. (HIRATA, 1986, p. 64). A linguagem, de acordo com Ávila (2001, p. 35), “pode operar como um marcador de gênero”. A autora esclarece em suas análises, e exemplifica como essa linguagem foi utilizada frente à uma política social à nível nacional direcionada a mulheres grávidas, foi visto que “as categorias mães, gestantes e nutrízes foram utilizadas para definir o papel social das mulheres na execução da política, designar-lhes funções específicas e naturalizá-las”.( ÁVILA, 2001, p. 40). Nesse passo a autora afirma que:

A divisão sexual do trabalho, que atribui trabalho produtivo aos homens e trabalho reprodutivo às mulheres, dá significado às práticas de trabalho no interior de cada uma dessas esferas. Na esfera produtiva, há uma representação simbólica do trabalho de homens e do trabalho de mulheres e há uma divisão de tarefas que respondem a tal representação. ( ÁVILA, 2001, p. 42).

Essas divisões acarretam também na não valorização do trabalho feminino<sup>18</sup> como também salários inferiores ao dos homens, portanto ainda é “visto que os homens ocupam majoritariamente determinados postos de trabalho, como é o caso da siderurgia e metalurgia, enquanto as mulheres ocupam setores como o têxtil, o comércio, dentre outros marcados pela informalidade e terceirização”. (GUIRALDELLI, 2012, p. 76). Logo:

[...] no trabalho produtivo há uma captura das habilidades desenvolvidas no trabalho doméstico, que desta forma, além de ser apropriado para uma maior exploração do trabalho das mulheres, pode funcionar também como um meio de reafirmar a naturalização das habilidades das mulheres desenvolvidas na

---

<sup>18</sup>“O discurso ideológico de sustentação da desvalorização da participação das mulheres no mercado de trabalho foi uma estratégia fundamental para manter a exploração/dominação das mulheres como parte da ordem natural das coisas”. ( ÁVILA, 2001, p.22).

prática concreta do trabalho doméstico como uma habilidade natural feminina. (ÁVILA, 2001, p. 42).

Cisne ressalta ainda que “ analisar a divisão sexual do trabalho é indispensável para desvelação do processo de acumulação capitalista, e concomitantemente, da opressão e exploração das mulheres nesta sociedade” ( 2004, p. 128), pois é necessário enxergar os “sexos” que permeiam a sociedade. A autora diz também que a “desomoginização vem no sentido de analisar as condições concretas das situações das mulheres”. (CISNE, 2004, p. 128). Nesse sentido :

A homogeneização da classe, consequência de sua construção como elemento estrutural, se traduz numa metodologia de aproximação em que não cabe a abordagem concreta das situações de trabalho e, face ao trabalho e à sociedade, da vida cotidiana e das relações que estabelecem homens e mulheres ao vivenciarem as relações de produção, e experimentarem situações determinadas, dentro do conjunto das relações sociais. (THOMPSON; LEFORT, 1991, p.117 *apud* CISNE, 2004, p. 128).

Tal processo, o da dominação de um sexo sobre o outro, se forma pelo antagonismo diante das relações sociais:

Referindo-se à dominação patriarcal, Saffioti afirma que patriarcado não significa ausência total de poder para as mulheres, isto é, a dominação dos homens não é uma totalidade fechada, fixada em uma única forma, é uma relação de conflito, que nesse, contexto, está incrustada no processo da sociedade capitalista. (ÁVILA, 2001, p, 39).

Sob esse prisma, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, quer seja formal ou informal, se expandiu<sup>19</sup>. Partindo desse pressuposto, “ o fato do trabalho em tempo parcial, precarizado, terceirizado e desregulamentado, atingir preferencialmente as mulheres, está, no contexto da mundialização, dentro de uma reconfiguração da divisão sexual do trabalho”. (ÁVILA, 2001, p. 39).

Podemos nos basear em três aspectos importantes que estudam configuração do mundo do trabalho, segundo Ávila (2011). O primeiro deles está relacionado justamente com essa inserção parcial e precarizada da mulher no mercado de trabalho que “pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais se sexo”. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 601 *apud* ÁVILA, 2011, p. 40):

---

<sup>19</sup> “Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40 % da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado”. (ANTUNES, 2002, p. 105 *apud* ÁVILA, 2001, p. 39).



A degradação das condições e relações de trabalho conforma novas modalidades de exclusão social. Essas condições incidem de forma especial e mais aguda sobre as mulheres trabalhadoras, pois, no seu caso, as novas formas de exclusão se sobrepõem aos antigos mecanismos de exclusão de gênero, potencializando-os. (ARAUJO, 2002, p. 135 apud ÀVILA, 2011, p. 40).

O segundo aspecto destacado por Hirata e Kergoart (2007) versa sobre:

A desigualdade direta entre mulheres no mercado de trabalho, dada, de um lado, pela precarização e pela pobreza e, de outro, pelo aumento de capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção não desprezível de mulheres inseridas em carreiras profissionais. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 601, *apud* ÀVILA, 2011, p. 40)

E por fim, um último aspecto importante destacado pelas autoras:

Diz respeito à necessidade de tais mulheres com carreiras profissionais solidas recorrerem aos serviços de outras mulheres em situação precária, para realizar o trabalho doméstico em suas casas, como uma forma de resolver as exigências das empresas de desenvolvimento pessoal. (ÀVILA, 2001, p. 40).

Essas configurações nos mostram mais uma vez como o mundo do trabalho tem como um de seus pilares as desigualdades de gênero. Assim sendo, as oportunidades oferecidas às mulheres são consequências de uma cultura patriarcal e “essas desigualdades entre os sexos, geradas pela sociedade, são incorporadas pelo capital como mecanismo de elevação dos lucros e domínio ideológico e social”. (NASCIMENTO, 2014, p. 2).

Diante dessa conjuntura, nos anos 70, houve um aumento significativo da mulher no mercado de trabalho devido às reivindicações feministas e dos movimentos de mulheres da época. O Brasil, “em 1980, tinha 32,7% de mulheres trabalhando<sup>20</sup> e em 1997, 40,4%”. (LEAL, 2004, p. 6).

As consequências pertinentes à reestruturação produtiva no que diz respeito às péssimas condições de trabalho para os trabalhadores atingiram de forma veemente as mulheres nesse contexto:

os novos tipos e modalidades da participação das mulheres nos atuais mercados de trabalho colocam uma série de interrogações sobre os modos de inserção nesses mercados, se as mulheres realizam algum aporte específico, quais são os mecanismos de qualificação que utilizam ou são oferecidos para elas, por que não ocupam os mais altos postos nas suas áreas, o que significa

---

<sup>20</sup>“Em todos os países, o salário feminino é menor do que o dos homens, uma discriminação que continua forte apesar das inúmeras conquistas femininas”. (LEAL, 2004, p.6).

uma participação numericamente superior em termos de definição qualitativa da profissão ou ocupação, quais os rebatimentos dessa nova inserção para a divisão sexual dos trabalhos reprodutivos e a participação do Estado nas tarefas de cuidados, entre outros.(YANNOULAS, 2013, p. 22).

O período pós-70 foi marcado pelo desemprego estrutural mediado pelos moldes do neoliberalismo. Sendo que a flexibilização não resultou no aumento dos postos de trabalho, e ainda resultou em remunerações mais baixas e piores condições de trabalho.

Diante disso, o que se viu foi que:

as mulheres são as mais atingidas, pois desde sua inserção no mercado de trabalho até os dias atuais, a discriminação faz parte da sua trajetória, seja em seus lares (sem remuneração), seja fora de casa. Além disso, no mercado de trabalho verifica-se, por exemplo, que apesar do aumento dos espaços ocupados pelas mulheres os salários femininos são inferiores aos masculinos. O salário da mulher em grande medida, ainda é visto como uma “ajuda” e seu papel reprodutivo que implica em fatores domésticos e familiares causam interferência em sua inserção ao mercado de trabalho. Sendo assim, a divisão sexual do trabalho separa locais de homens e mulheres no mundo do trabalho encarregando-as pelo trabalho doméstico e desvalorizando as atividades por elas realizadas. (QUEIROZ, 2015, p. 286).

Frente a essa realidade, vemos como as relações de produção capitalistas – em particular no contexto da reestruturação produtiva e do neoliberalismo – foram se associando cada vez mais à desigualdade de gênero para ampliar o processo de acumulação do capital. O debate da divisão sexual do trabalho deve estar imbricado aos debates da sociedade capitalista. Sendo este o caminho que buscamos traçar nessas reflexões.

Diante desses elementos, reforçamos que o objetivo aqui foi no sentido de refletirmos sobre as condições em que as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho desde o marco histórico da reestruturação produtiva, assim como, o porquê desse fenômeno.

Desta forma, trataremos em seguida da inserção da categoria profissional do Serviço Social no mercado de trabalho, considerando a presença majoritária de mulheres nesta profissão e contexto contemporâneo do mundo do trabalho no Brasil.

## 2. O SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE

O presente capítulo tem por objetivo tratar sobre os principais aspectos da profissionalização do Serviço Social no Brasil e como se dá o trabalho e os espaços sócio ocupacionais do Assistente Social na atualidade brasileira.

Para o levantamento dos aspectos da profissionalização da categoria no Brasil, faremos uma sucinta recuperação histórica e teórica das principais abordagens que acompanharam o Serviço Social em sua gênese no seu processo de legitimação e quais foram os impactos para os espaços ocupacionais na atualidade.

### 2.1 Os principais aspectos da profissionalização do Serviço Social no Brasil

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio técnica<sup>21</sup> do trabalho se constituiu a partir da complexidade adquirida pela luta de classes no contexto monopólico da sociedade capitalista. Com isso, a institucionalização da profissão ocorreu na fase do capitalismo monopolista, onde os assistentes sociais passaram a ser requisitados pelo Estado para atuar no enfrentamento das expressões questão social por meio de serviços e políticas sociais.

É somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teóricos-culturais que tangenciamos nas seções precedentes que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão. Sem a consideração deste marco específico, a análise da história do Serviço Social perde concreção e acaba por transformar-se numa crônica essencialmente historiográfica e linear. (NETTO, 2009, p. 69).

Sendo o Serviço Social uma profissão que atua no âmbito da reprodução das relações sociais da sociedade burguesa, é necessário entendê-lo a partir da dinâmica dos processos históricos e das contradições que são geradas pela relação estabelecida entre capital e trabalho.

Dessa forma, Iamamoto (2008) traz uma análise da profissão considerando a sua dupla dimensão:

considerar a profissão sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e

---

<sup>21</sup> Além da mudança na concepção da profissão, antes empiricista e pragmática, ela passa a ser considerada como trabalho inscrito na divisão sócio-técnica do trabalho, visando criar, garantir e concretizar os direitos sociais para a população.

pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais. (2008, p. 73).

Desta forma, depreende-se que as condições do exercício profissional são direcionadas para o seu significado social frente à sociedade capitalista, e como “processo social não entendemos o sentido intersubjetivo das relações sociais, mas sim que as relações sociais são mediatizadas por condições históricas”. (IAMAMOTO, 2008, p. 73).

Considerando esse caráter da profissão, ao fazermos os levantamentos históricos da mesma, vemos suas primeiras práticas articuladas ao cristianismo e realizadas majoritariamente por mulheres, tanto nos primeiros países em que a profissão surgiu (Estados Unidos e Inglaterra), quanto no Brasil:

É, pois, na relação com a Igreja Católica, que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos políticos-sociais, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da igreja em face da questão social. (YAZBEK, 2009, p.146).

No Brasil, a história do Serviço Social<sup>22</sup> “remonta aos primeiros anos da década de 1930 como fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldadas pela Igreja Católica, e tendo como referência o Serviço Social europeu”. (MARTINELLI, 2011, p.122).

Desta forma, sua implementação:

Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. (IAMAMOTO, 2009, p. 127).

---

<sup>22</sup> “O Serviço Social só pode afirmar-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder a necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada”. (IAMAMOTO, 2009, p.16)

Considerando o contexto histórico da formação inicial do Serviço Social no Brasil, vale destacar que a década de 1930 foi um período em que o país passava por um vasto processo de industrialização<sup>23</sup> e urbanização, ou seja, foi uma época fundamental para a expansão e consolidação do capitalismo no país. Diante disso e considerando a forma como foi se institucionalizando, os ideários predominantes da profissão na época estavam intimamente relacionados com os poderes dominantes, sendo eles a Igreja Católica<sup>24</sup> e o Estado Vargasista.

Associado a isso, a categoria formulará suas ações baseadas nos postulados filosóficos tomistas<sup>25</sup>, que tinham como principal referência a perspectiva humanista de São Tomás de Aquino. Com isso, percebe-se que a gênese do Serviço Social junto ao ideário<sup>26</sup> católico vai imprimir:

À profissão caráter de apostolado fundado em uma abordagem da “questão social” como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para a solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. (YAZBEK, 2009, p. 145).

A partir dessas influências houve no Brasil a criação em 1932 do CEAS<sup>27</sup> (Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo), fato que se tornou marcante no âmbito das protoformas da profissão em solo brasileiro, por ter sido o primeiro espaço de capacitação de agentes sociais.

---

<sup>23</sup> Não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as sequelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no envolver do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como este se revelou no curso do século XIX. (NETTO, 2009, p. 17).

<sup>24</sup> “As ações da igreja que se destacaram nesse período foram: “Rerum Novarum” e “Quadragesimo Anno”. A primeira encíclica “do Papa Leão XIII de 1891 vai iniciar o magistério social da Igreja no contexto de busca de restauração de seu papel social na sociedade moderna” (YAZBEK, 2009, p. 146), já a segunda “de Pio XI de 1931 que, comemorando 40 anos da “Rerum Novarum” vai tratar da questão social, apelando para a renovação da moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja”. (YAZBEK, 2009, p. 146).

<sup>25</sup> “Referência ao pensamento filosófico de São Tomás de Aquino (1225), um teólogo dominicano, que escreveu obra filosófica caracterizada por uma perspectiva humanista e metafísica do ser que vai marcar o pensamento da Igreja Católica a partir do século XIII”. (YAZBEK, 2009, p. 163).

<sup>26</sup> É necessário assinalar que esta matriz encontra-se na gênese da profissão em toda a América Latina, embora com particularidades diversas como, por exemplo, na Argentina e no Chile onde vai somar-se ao racionalismo higienista (ideário do movimento de médicos higienistas que exigiam a intervenção ativa do Estado sobre a questão social pela criação da assistência pública que deveria assumir um amplo programa preventivo na área sanitária, social e moral). (YAZBEK, 2009, p. 146).

<sup>27</sup> “Desempenhou um importante papel no sentido de qualificar os agentes para a realização da prática social”. (MARTINELLI, 2011, p. 123).

Nesse Centro, como fruto da iniciativa das cónegas de Santo Agostinho, no Brasil realizou-se o primeiro curso de preparo para o exercício da ação social, que, sob a denominação de Curso Intensivo de Formação Social para Moças, foi ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. (MARTINELLI, 2011, p. 123).

O CEAS estava vinculado à Igreja Católica, o que demonstrava que a nascente profissão de Assistente Social no Brasil – assim como nos demais países em que já se constituía enquanto profissão – estava vinculada em sua base histórica<sup>28</sup> à complexa “relação de continuidade que efetivamente existia entre o Serviço Social profissional e as formas filantrópicas e assistenciais desenvolvidas desde a emergência da sociedade burguesa”.(NETTO, 2009, p. 70). Porém é importante colocar que isso não significava que a trilha da profissão poderia ser explicada unicamente enquanto “evolução da ajuda”, “racionalização da filantropia” ou “organização da caridade”. (NETTO, 2009, p. 70).

Nesse sentido, tanto no contexto internacional – a partir do início do século XX – quanto no Brasil – a partir da década de 1930 num contexto de ampliação da industrialização – o Serviço Social se constituiu enquanto profissão devido ao avanço da sociedade burguesa que multiplicou e complexificou as expressões da questão social.

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. (NETTO, 2009, p. 73).

A escola de formação de Serviço Social em São Paulo nos anos de 1936 foi inaugurada pela aplicação do curso intensivo de formação social para moças que visava a partir de ações sociais a garantia do bem-estar na sociedade. Em seus relatórios, as mulheres levantavam assertivas sobre os problemas sociais de acordo com os aspectos religiosos que eram ministrados nessas escolas.

Essas primeiras atuações dos assistentes sociais eram vinculadas a ações doutrinárias e de caráter social. O CEAS<sup>29</sup> tinha como meta, tornar mais sistemática a

---

<sup>28</sup> Sua maturação, é “em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio; enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica- ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social”. (NETTO, 2009, p. 74).

<sup>29</sup> “Até dezembro de 1932 o CEAS fundou 4 Centros operários onde suas propagandistas, por meio de aulas de tricô e trabalhos manuais, conferências, conselhos sobre higiene, etc., procuraram interessar e atrair as operárias e entrar assim em contato com as classes trabalhadoras, estudar-lhes o ambiente e necessidades”. (IAMAMAOTO, 2009, p. 171).

filantropia da Ação Social e da Ação Católica, onde essas ações eram mediadas pelo caráter cristão associado às mulheres. O que reforçava o papel da mulher como orientadora da ordem e da moral na sociedade e no âmbito familiar. O Centro ainda criou cargos femininos para serem ocupados frente às demandas sociais, que se ampliaram após a fundação do Departamento de Assistência Social do Estado (São Paulo) em 1935, que seria o principal espaço de atuação das primeiras assistentes sociais.

A primeira escola de Serviço Social não foi exclusivamente iniciativa da Igreja Católica, pois já se tinha “uma demanda- real ou potencial- a partir do Estado que assimilará a formação doutrinária própria do apostolado social”. (IAMAMOTO, 2009, p. 176). Mesmo que a formação técnica especializada tenha começado com fortes influências da doutrina social da Igreja, o aumento das expressões da questão social vinculadas à forma como foi se dando a expansão da classe operária, exigiram a consolidação de uma formação técnica para a atuação profissional neste âmbito.

Assim, depreendemos desse período, segundo Iamamoto (2009), que as primeiras ações das assistentes sociais eram voltadas para a educação popular (em uma perspectiva controlista e moralizadora), assistência e pesquisa social.

Já no Rio de Janeiro, a escola de formação surge em meados dos anos 1937. O estado, por ser na época uma das principais regiões da expansão industrial no país, possuía uma gama de trabalhadores que lutavam dia a dia para o seu sustento e por melhores condições de vida. Dessa forma, a cidade possuía grande infraestrutura para o aparato desses operários, inclusive com forte participação do Estado para tais ações.

Depreende-se então que essas escolas surgem através das iniciativas religiosas, pelo fato do Estado até então não reconhecer a questão social e muito menos atender as demandas dessa. Isso mostrava a necessidade de um profissional que reagisse de forma técnica especializada para o enfrentamento dessas questões.

Diante da conjuntura política social pós República Velha, a Igreja se posiciona para a intervenção direta na vida social e conseqüentemente, suas primeiras relações com Estado podem ser vivenciadas “a partir de distintos projetos corporativos, estabelecer mecanismos de influência e controle a partir das posições da Sociedade

Civil que o regime anterior não foi capaz de preencher”. (IAMAMOTO, 2009, p. 156), logo, o Estado junto com a Igreja foram centrais para a regulamentação da profissão. O Estado intervia pela base das leis naturais, além de tutelarem os direitos, ao passo que a Igreja se desdobrava para conscientizar a sociedade de suas ações.

Diante desse contexto, o viés católico que “caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro, começa, especialmente a partir dos anos 1940, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte americano e suas propostas de trabalho”. (YAZBEK, 2011, p. 146). Mas, logo será mediado pelo “caráter conservador da teoria social positivista”. (YAZBEK, 2011, p. 146).

Assim, com a formação de espaços ocupacionais que passam a demandar a atuação de assistentes sociais e sob a influência do positivismo, veremos que:

A legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço da divisão sócio técnica do trabalho, vai colocar o emergente Serviço Social brasileiro frente à matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais para a profissão. (YAZBEK, 2011, p. 147).

Esse processo desencadeia, segundo Iamamoto (1992) o “arranjo teórico doutrinário”(p.21), que “caraterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora, pela mediação das Ciências Sociais)”. (YAZBEK, 2009, p.147).

Assim, a autora problematiza essa influência inicial do positivismo no Serviço Social, apontando que a matriz positivista restringia a visão da realidade social, direcionando a compreensão imediatista das relações sociais, além da fragmentação das relações entre o homem e a sociedade.

As inquietações frente a esse referencial que permeavam a categoria dos assistentes sociais, se impulsionaram no âmbito das mudanças políticas, econômicas e sociais dos anos 1960. Com isso, no final da década de 1970 – período de crise do modelo econômico e político empreendido pela ditadura civil-militar e de avanço das lutas sociais no país – os profissionais levantaram “seus questionamentos, ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global,



em diferente níveis: teórico, metodológico, operativo e político”.(YAZBEK, 2009, p.147).

O Movimento<sup>30</sup> de Reconceituação ocorre na segunda metade da década de 1970, e seu ápice é o congresso da Virada de 1979. Esse movimento proporcionou a revisão da teoria que conduzia a profissão, o que levou as perspectivas teóricas, metodológicas e operativas a serem conduzidas pela teoria social de Marx, que vai mensurar a nova corrente para a profissão. Esse movimento faz crítica ao Serviço Social tradicional e ao seu vínculo com o conservadorismo.

Além disso, levantou inúmeros questionamentos sobre as perspectivas da sociedade que passava por um cenário crítico, juntamente com as condições de trabalho postas ao assistente social. É pois diante dessa conjuntura que o Serviço Social se apropria da vertente marxista. E a partir desse referencial que a profissão enxerga suas práticas comprometida com a ruptura do Serviço Social tradicional.

Existe, portanto, uma relevante importância no movimento de Reconceituação para o Serviço Social brasileiro, pois ele prepara a renovação dos conceitos utilizados pela categoria além de recondicionar o agir profissional, levando essas ações profissionais a perceberem a totalidade da realidade e o compromisso com a defesa dos direitos sociais e da ampliação dos serviços públicos.

Com o processo do Movimento de Reconceituação, o Serviço Social brasileiro passa a ter a influência das seguintes vertentes:

a vertente modernizadora (NETTO,1994, p. 164) caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade. Os recursos para alcançar estes objetivos são buscados na modernização tecnológica e em processos e relacionamentos interpessoais. (NETTO,1994, p. 164 apud YAZBEK, 2009, p. 149).

---

<sup>30</sup> É importante assinalar que é no âmbito do movimento de Reconceituação e em seus desdobramentos, que se definem de forma mais clara e se confrontam diversas tendências voltadas à fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do Serviço Social. Tendências que resultam de conjunturas sociais particulares dos países do Continente e que levam, por exemplo, no Brasil, o movimento em seus primeiros momentos (em tempos de ditadura militar e de impossibilidade de contestação política) a priorizar um projeto tecnocrático/modernizador, do qual Araxá e Teresópolis são as melhores expressões. (YAZBEK, 2009, p.148).

a vertente inspirada na fenomenologia, que emerge como metodologia dialógica, apropriando-se também da visão de pessoa e comunidade, dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em suas vivências, colocando para o Serviço Social a tarefa de “auxiliar na abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros, ao mundo de pessoas”. (ALMEIDA, 1980, p. 114 apud YAZBEK, 2009, p.149).

Porém, essas vertentes demonstravam significativos limites de análise frente ao complexo contexto da realidade brasileira e da profissão do final da década de 1970. Esse fato, associado ao contexto político da época, marcado pelo avanço das lutas populares e sindicais, possibilitou que se estabelecessem no Serviço Social as bases para a influência de uma terceira vertente: a perspectiva marxista; que após o Congresso da virada em 1979 passou a ter maior influência na profissão.

Sendo assim, desde o final da década de 1970 com a consolidação do Movimento de Reconceituação, a perspectiva de formação e atuação profissional do Serviço Social no Brasil passará a ter significativa influência da tradição marxista. Contudo, essa adesão não se deu de forma simples e rápida, sendo que nos primeiros anos de sua influência na profissão se abordou “um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio-históricas da profissão”. (YAZBEK, 2009, p. 149).

Apesar disso, essa influência do marxismo teve importância tanto em nível político, quanto em nível profissional para o Serviço Social, pois foi assim que:

Do ponto de vista teórico, mas posicionado do ponto de vista sociopolítico, que a profissão questiona sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais. Inicia-se aqui a vertente comprometida com a ruptura com o Serviço Social tradicional. (YAZBEK, 2009, p. 150).

Desta maneira, a teoria<sup>31</sup> social de Marx, “inicia sua efetiva interlocução com a profissão” (YAZBEK, 2009, p. 150) no início dos anos 1980. Essa matriz teórico-metodológica trará contribuições fundamentais para profissão, uma vez que se trata “de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório. Movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista”. (YAZBEK, 2009, p. 151). A partir disso, e considerando o contexto econômico, político

---

<sup>31</sup> “Como matriz teórico-metodológica esta teoria apreende o ser social a partir de mediações”. (YAZBEK, 2009, p. 149).

e social da realidade brasileira, no período pós-ditadura a trajetória da profissão se caracterizou pelo seu amadurecimento teórico- metodológico, que permitiu uma inserção no processo de reprodução das relações sociais, defendendo os direitos da classe trabalhadora; atuando pela justiça social; pela democracia; pela luta contra toda e qualquer forma de opressão e dominação; e pela ampliação dos direitos de cidadania.

Ao longo do processo da construção da profissão, se teve um amplo debate acerca dessa construção da hegemonia dos referenciais, principalmente a partir da linha de pensamento marxista. Assim, vemos desde o período da década de 1980 que “em diferentes espaços, o conjunto de tendências teórico-metodológicas e posições ideopolíticas se confrontam, sendo inegável a centralidade assumida pela tradição marxista nesse processo”. (YAZBEK, 2009, p. 152).

Associado a isso, os anos seguintes entre o final dos anos de 1980 e início de 1990 foram importantíssimos para a profissão, pois nessa época que se estabeleceu “um novo perfil para a questão social brasileira, particularmente pela via de vulnerabilização do trabalho” (YAZBEK, 2009, p. 153). Sendo essa a época que teve início a ofensiva neoliberal no país, que se caracterizou:

Por uma perspectiva de retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora. (YAZBEK, 2009, p. 153).

Ao mesmo tempo, foi no contexto inicial do neoliberalismo no Brasil que se teve o quadro de maturação<sup>32</sup> do Serviço Social; “maturação que expressa na passagem dos anos 80 para os anos 90 rupturas com o seu tradicional conservadorismo”. (NETTO, 1996, p. 108 apud YAZBEK, 2009, p. 153). Sendo essa maturidade profissional “expressa pela democratização da convivência de diferentes posicionamentos teórico-metodológicos e ideopolíticos desde o final da década de 1980”. (YAZBEK, 2009, p. 153).

---

<sup>32</sup> Maturação que ganhou visibilidade na sociedade brasileira, entre outros aspectos, pela intervenção dos assistentes sociais, através de seus organismos representativos, nos processos de elaboração e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS( dezembro 1993). É também no âmbito da implementação da LOAS, e de outras políticas sociais públicas, com os processos descentralizadores que instituem no país, no âmbito dessas políticas, que se observa a diversificação das demandas ao profissional de serviço social. (YAZBEK, 2009, p. 153).

Porém, enquanto o Serviço Social avançava nesse sentido, o que se dava no contexto da realidade brasileira era que:

nos marcos da reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo globalizado, os anos 80 e 90 foram anos adversos para as políticas sociais e se constituíram em terreno particularmente fértil para o avanço da regressão neoliberal que erodiu as bases dos sistemas de proteção social e redirecionou as intervenções do Estado em relação à questão social. (YAZBEK, 2009, p. 154).

Diante dessa contradição<sup>33</sup>, o Serviço Social “se vê confrontado com este conjunto de transformações societárias no qual é desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da “questão social”. (YAZBEK, 2009, p. 155). Sendo assim, o Serviço Social brasileiro a partir dos anos de 1990 passou a enfrentar percalços determinados pela ofensiva neoliberal que desmantelou os direitos sociais e trabalhistas, além de ter privatizado um conjunto de serviços sociais essenciais para a atuação da profissão frente às expressões da questão social.

Essas transformações societárias também ocasionaram a precarização nas relações de trabalho e o crescimento exacerbado da informalidade. O que interferiu na dinâmica das relações de produção e reprodução social, onde a hegemonia do capital financeiro ocasionou novas diretrizes para o gerenciamento do mundo do trabalho, levando o trabalhador à uma condição de maior exploração e de acesso cada vez mais restrito aos direitos sociais.

Esse processo a partir da década de 1990 passou a interferir na atuação profissional do assistente social, alterando suas condições de trabalho e adensando as expressões da questão social sob as quais o assistente social atua. Por isso que para a análise da profissão nos dias de hoje é importante entender essas transformações societárias que ocorreram ao longo dos anos, principalmente a partir da implantação do neoliberalismo no país.

---

<sup>33</sup> Trata-se de um contexto em que são apontadas alternativas privatistas e refilantropizadas para questões relacionadas à pobreza e à exclusão social. Cresce o denominado terceiro setor, amplo conjunto de organizações e iniciativas privadas, não lucrativas, sem clara definição, criadas e mantidas com o apoio do voluntariado e que desenvolvem suas ações no campo social, no âmbito de um vastíssimo conjunto de questões, em espaços de desestruturação (não de eliminação) das políticas sociais, e de implementação de novas estratégias programáticas como, por exemplo, os programas de Transferência de Renda, em suas diferentes modalidades. (YAZBEK, 2009, p. 155).

Os ideais neoliberais vivenciados na realidade brasileira ajustaram as relações de mercado visando à liberdade econômica, o que acabou favorecendo os lucros do capital e em contra partida, desregulamentou a economia. Logo, o crescimento econômico oferecido nessa lógica de mercado, reduziu a ação do Estado na área social, ocasionando o desmonte dos direitos e políticas sociais, o que interferiu centralmente na profissão.

Na década de 2000 e 2010 a trajetória da proteção social brasileira passa por várias modificações. Vale ressaltar que esse período foi governado pelo representante do Partido dos Trabalhadores (PT), o presidente Luís Inácio Lula da Silva.

A política social durante esse período, segundo Fagnani (2011), é marcada em duas etapas. A primeira etapa é definida pelos aspectos econômicos que geriam o país na época, assim sendo, o aprimoramento da agenda de proteção social estaria diretamente vinculado à distribuição da renda aos mais necessitados, o que tornava esse acervo da proteção social ainda focalizada. Já a segunda etapa refere-se à articulação da macroeconomia com os objetivos sociais, o que desencadeou um maior gasto com a proteção social.

Algumas iniciativas ainda desse governo, tais como: bolsa família (PBF) e programa fome zero, de certa forma, desenvolveram novas demandas para a categoria do Serviço Social. Vale ressaltar ainda que os setores da saúde, educação, seguridade social, também foram expandidos pelas iniciativas desse Governo.

Diante de todos esses elementos, o resgate sobre os principais aspectos da história do Serviço Social no Brasil feito resumidamente até aqui, nos mostra como as transformações societárias vivenciadas influenciaram de forma crucial na concretização da profissão. As análises nos permitem ainda perceber que “ao considerar o Estado, é necessário acentuar sua importância decisiva na reprodução das relações sociais, na sua condição de legislador e de controlador das forças repressivas”. (IAMAMOTO, 2009, p. 81).

Reconhecendo esses determinantes acerca da profissão e todos os avanços conquistados em sua trajetória, entendemos que devemos lutar por uma profissão que contemple um novo agir profissional que deve estar embasado no Projeto-Ético Político

da profissão – construído desde o processo do Movimento de Reconceituação – e no seu marco regulatório que tem como principais referências a Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662/93) e o Código de Ética de 1993, os quais definem as funções privativas do assistente social, assim como os compromissos e os princípios orientadores da profissão.

Diante desse desafio e considerando as mudanças que o neoliberalismo trouxe para a atuação profissional a partir dos anos de 1990, abordaremos brevemente essa questão no próximo item.

## **2.2 O trabalho e os espaços sócio ocupacionais do Assistente Social na atualidade brasileira**

Conforme temos abordado no decorrer deste trabalho, vemos que o contexto político, econômico e social de cada período histórico vem condicionando a trajetória do Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho que atua no âmbito da reprodução das relações sociais.

Frente a isso, e tendo como referência o contexto histórico a partir de 1990 no Brasil, destacamos que a Constituição Federal de 1988, “ao estabelecer o direito às políticas sociais, em especial à seguridade social, muito contribuiu para a expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais em função do incremento à rede socioassistencial”. (DELGADO, 2013, p. 1). Além disso, os avanços legais e as regulamentações da profissão foram aprimorando os espaços ocupacionais e as possibilidades de atuação do assistente social.

Os dois grandes pilares normativos que regulamentam a profissão do assistente social no Brasil são a Lei n. 8.662 e o Código de Ética Profissional; a primeira, uma revisão da Lei n. 3.252/1957, datada de 7 de junho de 1993, é considerada como a principal legislação que regulamenta, disciplina e legitima a profissão do assistente social. (DELGADO, 2012, p. 4).

Esse suporte do marco regulatório, além de legitimar, foi fundamental para qualificar e garantir o exercício profissional, orientando uma postura ética profissional frente às demandas que são específicas do Serviço Social. Conforme Delgado (2013, p. 10) desde os anos 1990, “o Serviço Social brasileiro veio se consolidando como uma profissão que efetivou um salto significativo em sua qualificação e elaboração teórica,

além do fortalecimento de suas formas de representação nas esferas acadêmica e profissional”.

Junto a esses avanços, se ampliou principalmente a partir dos anos 2000 a atuação dos assistentes sociais na esfera estatal, instâncias públicas de controle democrático, empresas capitalistas, fundações empresariais, organizações privadas não lucrativas e organizações da classe trabalhadora.

Atuação profissional que – apesar do histórico de fragilidade das políticas sociais no país que se acentuou na década de 1990 – se expandiu e se consolidou a partir do debate acerca das atribuições privativas e competências da profissão. Nesse sentido, segundo Iamamoto (2009) as demandas se ampliaram, sendo elas: estudos socioeconômicos, orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias; assessoria, consultoria, auditoria; supervisão técnica, supervisão em Serviço Social; formulação, administração e execução de políticas públicas<sup>34</sup>.

Até meados dos anos de 2002, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil era gerido pelo ideais neoliberais que ampliaram a competitividade, individualismo e moralismo, logo, a expansão dos espaços ocupacionais têm suas condições subordinadas às inovações tecnológicas que alteraram as bases de produção.

A partir de 2003 a entrada do Partido dos Trabalhadores desenvolve um outro cenário para essas políticas sócio-assistenciais. Segundo Iamamoto (2009), diante da reconfiguração das políticas sociais, novas demandas são colocadas para a categoria: realização de diagnósticos socioeconômicos, coordenação de processos de planejamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais, negociação e recursos humanos e assessoria e consultoria.

A partir desse processo, os assistentes sociais começam se redirecionados aos novos espaços de trabalho demandantes para a profissão, e que além dessa diversificação dos espaços, leva os profissionais a exercerem novas habilidades e competências, assim como novas atribuições de acordo com cada espaço sócio

---

<sup>34</sup> A ação e a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho- as múltiplas expressões da questão social, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha- depende do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas. (IAMAMOTO, 2009, p. 352).

ocupacional vigente. A autora ainda destaca as principais possibilidades, que seriam: ampliação na área da seguridade e atuação nos Conselhos de Políticas, retomar o trabalho de base (educação popular), desenvolver pesquisas e projetos sobre a realidade social e apropriação do debate sobre orçamento público (espaço de disputa).

A atuação dos profissionais é resguardada pelo seu Conselho Profissional, no entanto, as funções de trabalho em que estão inscritos os assistentes sociais possuem significados particulares. Na esfera estatal a nível federal, estadual e municipal, em empresas capitalistas, em organizações filantrópicas, e em instituições políticos-corporativos, que requerem profissionais especializados.

Diante dessa diversidade de demandas, e considerando a complexa realidade enfrentada pelos profissionais no cotidiano da prática profissional, o CEFSS (2005) publicou uma pesquisa sobre o trabalho profissional e sobre o perfil dos assistentes sociais:

no Brasil é majoritariamente um funcionário público, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras. O segundo maior empregador são empresas privadas com 13,19% (o mesmo índice que as instituições federais), seguido do “Terceiro Setor”, com 6,81% (englobando Organizações Não Governamentais (ONGs), Associações, Cooperativas, entre outras que viabilizam a chamada “responsabilidade social”). O principal tipo de vínculo é o de estatutário (55,68%) prevalecente em todas as regiões. Seguem os contratos com base na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que representam 27,24%; os contratos temporários representam 9,41% e serviços prestados, 5,84%. Os demais vínculos não são significativos. (IAMAMOTO, 2009, p. 345).

Ao se fazer a leitura desses dados, percebemos que a maior forma de ingresso do assistente social no mercado é por meio do concurso público, o que nos faz pensar que ainda existem muitos profissionais fora do mercado, uma vez que as vagas abertas são insuficientes, o que por consequência não supre as demandas por procura de emprego para assistentes sociais.

Além disso, quando falamos dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social devemos nos basear na sua dimensão histórica, entendendo quais são os novos campos de atuação que estão postos para o assistente social diante da realidade brasileira:

Salientar o trabalho do assistente social em espaços ocupacionais de natureza diferentes [...] e o seu significado social no processo de reprodução das



relações sociais, ante as profundas transformações que se operam na organização e consumo do trabalho e nas relações entre o Estado e a sociedade civil com a radicalização neoliberal. (IAMAMOTO, 2009, p. 368).

No neoliberalismo, a mundialização do capital “reafirma o mercado como órgão regulador supremo das relações sociais e a prevalência do indivíduo produtor, impulsionando a competição e o individualismo”, (IAMAMOTO, 2009, p. 342), o que desencadeia, e aprofunda as expressões da questão social, que além do acúmulo de capital, acelerou a mercantilização dos direitos sociais. Esse cenário<sup>35</sup> impulsionou de forma veloz “produção e circulação de mercadorias- capitalistas e sua realização”. (IAMAMOTO, 2009, p. 342). Sendo assim:

O bem-estar-social tende a ser transferido ao foro privado dos indivíduos e famílias, dependente do trabalho voluntário ou dos rendimentos familiares dos diferentes segmentos sociais na aquisição de bens e serviços mercantis, restando ao Estado, preferencialmente, a responsabilidade no alívio da pobreza extrema. (IAMAMOTO, 2009, p. 342).

Desta forma, a reestruturação produtiva também alcançou o mercado de trabalho da categoria, acarretando “tanto no movimento de mudança e/ou redução de postos de trabalho em alguns campos (por exemplo, nas empresas industriais), como também na ampliação, como é o caso das políticas de seguridade social”. (RAICHELIS, 2010, p. 432).

As consequências desse processo revelaram novos espaços sócio-ocupacionais:

A partir dos anos 1990 e adentrando a primeira década dos anos 2000, o campo das políticas públicas e luta por direitos ficaram muito mais complexos, especialmente se considerarmos que, apesar de todos os desmontes e desmanches que têm atingido a esfera estatal, o Estado permanece sendo forma mais efetiva de operar a universalização dos direitos, mesmo em sociedades capitalistas periféricas e financeirizadas como a brasileira. (RAICHELIS, 2010, p. 759).

Em detrimento dos desafios presentes nesses novos espaços de atuação do Serviço Social, a prática da categoria precisa estar comprometida com as mediações singulares, particulares e universalidade dessas novas propostas. Dessa forma, é

---

<sup>35</sup> Cresce o desemprego que alimenta a expansão da população excedente, ao lado da desregulamentação e informalização das relações de trabalho, com repercussões na luta salarial e na organização autônoma dos trabalhadores. Adquirem destaque políticas sociais voltadas à preservação dos mínimos vitais dos segmentos da crescente população excedente lançados ao pauperismo; e ao seu controle político, preservando o direito à sobrevivência de imensos contingentes sociais e alimentando o consenso de classe necessário à luta hegemônica. (IAMAMOTO, 2009, p. 343).

esperado que as práticas dos profissionais, diante da perspectiva da dialética, se relacionem com o projeto profissional.

Diante das complexas demandas societárias e para efetivação do projeto ético político da profissão, a categoria monta suas estratégias para as suas práticas cotidianas. A categoria exerce suas funções de acordo com os valores que os dão legitimidade, além disso, realizam seu exercício profissional baseado nos limites e possibilidades determinados pela correlação de forças, pelas políticas sociais e pelo espaço institucional.

Frente a todas essas mudanças fica claro que as mudanças nos espaços ocupacionais tradicionais e emergentes do Serviço Social estão atreladas a todos os fenômenos que perpassam a sociedade capitalista, por isso, é crucial “problematizar as expressões cotidianas e imediatas da realidade como meio de o profissional exercitar a sua relativa autonomia intelectual e técnico-política sob a direção do projeto ético-político profissional” .(MOTTA, 2014, p. 694).

O Serviço Social brasileiro desde os anos de 1970, com a redemocratização da sociedade brasileira, constrói um projeto<sup>36</sup> ético profissional comprometido com as classes trabalhadoras. Porém, sua consolidação se dá a partir dos anos 1990. O projeto ético político, segundo Netto (1999, p. 98) “seria a imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas.”

Ainda segundo o autor, os projetos éticos políticos podem ser revolucionários ou conservadores. No Serviço Social, ele deve ser revolucionário, pois é partir desta referência que a categoria intervém na realidade social. Projeto que,

tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p. 104-5).

---

36 Pode-se localizar aí a gênese do projeto ético-político, na segunda metade da década de 1970. Esse mesmo projeto avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão na década que transcorre. (TEIXERA; BRAZ, 2011, p. 13).

Diante disso, fica claro que a ação profissional está vinculada a um projeto de transformação societária quando atua nas contradições geradas pela relação antagônica entre as classes. Portanto, a materialidade desse Projeto, segundo Teixeira e Braz (2011), se apresenta na produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, nas instâncias político organizativas da profissão e na dimensão jurídico-política da profissão.

Dessa forma, o vínculo do profissional com o Projeto Profissional possibilita o alcance de mediações, conforme as condições objetivas (contexto institucional) e subjetivas (valores, postura, princípios e referencial do profissional), além de atender as demandas dos usuários fora da burocracia posta, logo “os projetos profissionais críticos se constituem na mediação privilegiada do exercício profissional competente e comprometido”. (GUERRA,2007, p.12).

É somente a partir de um Projeto Político, que o profissional consegue enxergar e basear suas práticas para além do imediato, pois ele proporciona o significado social dado a profissão. É essencial destacar também que, o Código de Ética profissional fornece o suporte para a prática da profissão diante dos campos em que são requisitados. Depreende-se então que todos esses processos marcaram a construção da profissão.

Diante dos principais aspectos da profissionalização do Serviço Social no Brasil citados, o próximo item abordará quais as implicações que o levaram a ser constituído em sua maioria pelas mulheres.

### 3. A FEMINIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E A INSERÇÃO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO

Esse capítulo visa abordar a questão sobre a feminização do Serviço Social no Brasil e como essa profissão é enxergada, uma vez que a divisão sexual do trabalho nos marcos das relações de produção capitalistas vem interferindo historicamente em sua caracterização.

Para isso, são levantados os principais aspectos do seu processo de feminização e quais as consequências desse fenômeno para a profissão e para a inserção do/a assistente social no mundo de trabalho.

#### 3.1 O processo de feminização do Serviço Social no Brasil

Falar de uma profissão majoritariamente feminina nos compete mais uma vez relembrar as relações da divisão sexual no mundo trabalho, portanto:

Destaca-se que, na literatura especializada sobre gênero e trabalho, são utilizados, alternativamente, dois significados diferentes para a categoria de feminização das profissões e ocupações, que se correspondem com metodologias e técnicas distintas para a coleta e análise de informação pertinente. (YANNOULAS, 2011, p. 271).

Ao longo dos anos, as profissões foram sexualmente marcadas, o que segmentou o mundo do trabalho em profissões masculinas e outras em femininas. Diante desse recorte, percebemos que a identidade feminina no mundo trabalho foi baseada pelos aspectos apenas reprodutivos. Para entender o significado da feminização de uma profissão, Yannoulas (2011) apresenta dois significados para a discussão:

Significado quantitativo (que para efeitos de distinção denominaremos feminilização): refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição da mão de obra em um determinado tipo de ocupação; Significado qualitativo (que denominaremos de feminização propriamente dita): refere-se às transformações em um determinado tipo de ocupação, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante na época ou na cultura especificamente analisadas. Essa imagem pode implicar uma mudança no significado da profissão. (YANNOULAS, 2011, p. 283).

Apesar de serem diferentes, os conceitos se complementam. Depreende-se então que a feminização, significado qualitativo de uma profissão, advém da presença feminina que qualifica a profissão ou ocupação como tal. É sob essa ótica que abordaremos esse fenômeno no Serviço Social.

Esse debate ainda reforça que:

Os aspectos quantitativos são intrínsecos aos processos de transformação da composição sexual das profissões. De outro lado, os aspectos qualitativos da transformação das profissões, que dizem respeito à adstrição de certas características generificadas, não são tão evidentes e requerem um pensamento analítico mais completo, complexo e sofisticado. (YANNOULAS, 2011, p.273).

Assim, para fins objetivos da discussão do processo de feminização do Serviço Social, destacaremos apenas questão de gênero no Serviço Social. As análises desse debate versam sobre pontos positivos e negativos. Os pontos relativamente positivos seriam o aumento das mulheres no mercado de trabalho juntamente com sua autônoma profissional, enquanto os pontos negativos da feminização refere-se à desvalorização direta ou indireta da profissão, gerando ocupação de cargos menos vistos, salários<sup>37</sup> mais baixos e desprestígio social.

Esse debate elucida de que forma as mulheres participam do mercado do trabalho, bem como ainda levanta os aspectos da feminização da pobreza<sup>38</sup> correlacionada ao desemprego. Com isso, “a polêmica sobre a feminização dos processos sociais não é apenas epistemológica, mas fundamentalmente política, pois coloca no centro da discussão a totalidade dos trabalhos realizados pelos seres humanos e a sociabilidade construída em torno deles”.(YANNOULAS, 2013, p. 50).

Dessa forma, é evidente que as relações de gênero<sup>39</sup> no mercado de trabalho são totalmente dicotômicas, ou seja, existem tarefas, ocupações e profissões destinadas aos homens, enquanto outras são destinadas as mulheres, sendo assim, esse processo de dicotomia, mostra que existem tarefas que não possuem tanta visibilidade como “limpar sujeira dos outros, cuidar de doentes ou pessoas com necessidades especiais, e outras, e,

---

<sup>37</sup> “A feminização do assalariamento teve consequências importantes em termos da cidadania e da seguridade social para as mulheres”. (Yannoulas, 2013, p. 49).

<sup>38</sup> A conceituação sobre feminização da pobreza foi consagrada durante a Conferência de Beijing em 1995. Nesta conferência foi colocado claramente que 70% das mulheres do mundo eram pobres, a repercussão que isso tem para a sociedade como um todo sendo que cabe a elas, conforme mandato social hegemônico, a responsabilidade com as futuras gerações. (YANNOULAS, 2013, p. 50).

<sup>39</sup> Saffioti(1992) desenvolveu importante ensaio sobre a utilização da categoria gênero e dos conceitos de divisão sexual do trabalho e patriarcado. A autora, que adotou a difundida análise da categoria de gênero promovida por Scott, considerava que as relações de gênero constituem uma totalidade dialética, contento a alimentando o antagonismo e a contradição. Existe uma simbiose entre patriarcado-racismo-capitalismo, sendo formas mutuamente constitutivas de dominação e exploração. (YANNOULAS, 2013, p. 52).

na resolução do antagonismo, essas atividades indesejáveis sobram para o lado mais fraco”: (YANNOULAS, 2013, p. 51) as mulheres.

Ao falarmos da feminização<sup>40</sup> do Serviço Social, devemos ter em pauta também as relações de gênero<sup>41</sup> que perpassam a profissão. Ao nos basearmos no indicador da pesquisa realizada pelo CFESS em 2005, que mostra que “a categoria das(os) assistentes sociais, ainda é predominantemente feminina, contando com apenas 3% de homens”(CFESS, 2005, p. 18) é que se dá o desenvolvimento do debate.

Essa realidade demonstra que o Serviço Social está inserido na divisão sexual do trabalho nos marcos da sociedade capitalista; ou seja, considerando a especialização do trabalho no contexto das relações de produção capitalista, em que o Serviço Social está inserido na divisão social e técnica do trabalho, vemos que as questões que permeiam o processo de divisão sexual do trabalho também caracterizam a profissão.

Historicamente a divisão sexual do trabalho é uma forma de organização do processo de trabalho respaldada na segmentação entre homens e mulheres de forma hierarquizada, direcionando o que seria trabalho feminino e masculino. Sendo que o que é considerado masculino é valorizado, e o que é considerado feminino é desvalorizado.

Esse fato está ligado à visão de que a opressão que as mulheres vivenciam na sociedade se concretiza porque a natureza feminina é associada à condição de frágil, maternal e irracional, que as tornam limitadas para a vida fora do privado. Assim, o espaço público deve ser reservado ao homem.

Essa visão que fundamenta uma relação de desigualdade entre mulheres e homens, em que estes adquirem uma condição de superioridade está na base da desigualdade de gênero que também se expressa está no mercado de trabalho.

Esse fenômeno e as suas implicações, nos mostra como é fundamental entender a relação entre gênero e Serviço Social para o enfrentamento da subalternidade e

---

<sup>40</sup> A marca feminina da profissão é vista quando há um reforço da idéia de que as mulheres possuíam qualidades inatas para tal função: vocação para servir, disciplina, docilidade, abnegação e sensibilidade.

<sup>41</sup> “gênero é uma categoria utilizada para designar as relações sociais entre os sexos, uma vez que não existe um mundo das mulheres separado de um mundo dos homens”. (LISBOA, apud SCOTT 1995, p. 77).

precarização do trabalho conferido historicamente às profissões exercidas predominantemente por mulheres<sup>42</sup>.

No capítulo anterior já vimos que a institucionalização juntamente com a legitimação do Serviço Social como profissão no Brasil se deu a partir da década de 1930, e foi utilizado como suporte da Igreja Católica e do Estado frente às demandas geradas pelas contradições de classe no contexto de avanço da industrialização que foi a base para a posterior fase do capitalismo monopolista no país a partir da década de 1950.

Junto a isso, o desenvolvimento do Serviço Social foi ainda marcado por elementos socioculturais que inseriram de forma direta as mulheres nessa profissão. De acordo com Iamamoto (2009), a prática profissional era baseada nas qualidades naturais do comportamento feminino. Essa determinação refletiu na teoria da época juntamente com o humanismo cristão, como essenciais para o Serviço Social.

Dessa forma, o “embricamento da teoria e metodologia do Serviço Social com a doutrina social da Igreja e com o apostolado social” (IAMAMOTO, 2009, p. 219) formaram os elementos do desenvolvimento da profissão.

A autora ainda destaca que, segundo a produção teórica da época, existiam ainda critérios definidos para se matricular nas escolas de Serviço Social: ter no mínimo 18 anos completos e menos de 40; ser referenciada por três pessoas idôneas e outros critérios. Além disso, a formação moral seria “o coroamento do trabalho de preparação do Assistente Social”. (IAMAMOTO, 2009, p. 223). Portanto, a mulher era enxergada na sociedade como apta para exercer a profissão, pois possuía as características que estavam vinculadas à profissão:

O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa de mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem, corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplificando, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato

---

<sup>42</sup> “Essa constante associação feminino-docilidade-maternidade-abnegação liga-se às representações sobre o feminino que se mantêm ao longo das gerações, apesar dos questionamentos”. (LIMA, 2014, p. 14).

fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. Será, portanto, indispensável para o recrutamento dos futuros assistentes critérios bem definidos. Desde sua fundação, a Escola de Serviço Social de São Paulo apresenta como exigência funcional para matrícula: 1. ter 18 anos completos e menos de 40; comprovação de conclusão do curso secundário; apresentação de referências de 3 pessoas idôneas; submeter-se a exame médico”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 221).

As mulheres deveriam ser ligadas à Igreja Católica, possuir boa conduta, amor ao próximo, abnegação e ainda possuir comportamento adequado para ensinar, amar e educar os cidadãos. Uma observação crítica é que não se tinha um viés profissional do Serviço Social, era apenas uma seleção de pessoas, em sua essência mulheres, para serem aptas a cuidar do próximo. Esses papéis, de acordo com Cisne (2004) foram designados por muitos anos como natural da mulher. Dessa forma, compreende-se que:

No período do surgimento do Serviço Social, as Assistentes Sociais pioneiras concebiam o papel ou missão da mulher exatamente dessa forma, atribuindo inclusive toda a responsabilidade com as expressões da “questão social” às mulheres, às mães, em especial, àquelas ligadas às crianças e adolescentes. (CISNE, 2004, p. 161).

Vale destacar também que em 1932 a criação do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo) consolida a origem do Serviço Social Brasileiro. Esse centro oferecia o Curso Intensivo de Formação Social para Moças que saiam mulheres formadas para entender e interferir nos problemas sociais de acordo com suas orientações católicas.

Conforme essa historicidade do início da profissão podemos dizer que a categoria se inseriu num quadro determinado social e sexualmente, logo, sua institucionalização se deu no interior dessa lógica<sup>43</sup>.

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas representações, apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 172)

---

<sup>43</sup> “não se pode negar que o gênero e a divisão sexual do trabalho apresentem uma contribuição essencial na definição dessa característica”. (SOUZA, 2014, p.12).



Compreendemos então que “as mulheres, que tiveram sua subjetividade construída a partir desses atributos, encontram sua vocação nessas profissões, pois estas remetem a valores que lhes foram ensinados ao longo da vida”. (LIMA, 2014, p. 47 apud Bourdieu, 1999). Dessa forma, os estudos de gênero versam sobre “desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres”. (CISNE, 2012, p. 77).

Conforme Cisne (2004) a categoria profissional sofre até hoje as consequências das relações desiguais de gênero inscritas no bojo das expressões da questão social, não só no tocante ao seu público usuário, majoritariamente feminino, mas também, com relação à categoria em si. Portanto, perceber as determinações dessa feminização no trabalho dos assistentes sociais é “fundamental para o avanço, reconhecimento e afirmação da profissão”. (CISNE, 2004, p. 169).

Diante disso, vemos que existe um recorte de gênero<sup>44</sup> dentro de algumas profissões, onde as mulheres são direcionadas à enfermagem, pedagogia, e em destaque ao Serviço Social, onde as salas são compostas em sua maioria por mulheres, o que implica, por consequência, mais profissionais mulheres exercendo a profissão do que homens.

Visto que abordar esse tema no Serviço Social é abrir espaços para discussões que rompem com o conservadorismo que ainda existe na profissão e determinismos biológicos das características femininas que as levam para determinadas profissões, podemos dizer que esse processo “é a síntese de toda uma preparação previa onde a orientação dos valores sociais se fez sentir encaminhando a mulher para determinadas carreiras”. (BLAY, 1978, p. 286 apud CISNE, 2004, p. 168).

Assim, o perfil feminino foi processado e imbricado em todo o desenvolvimento da profissão do Serviço Social. Essa constatação associada ao histórico da profissão, e aos desafios impostos à mesma desde o advento do neoliberalismo no país, nos mostra que na atualidade o Serviço Social ainda enfrenta as condições de subalternidade em relação às profissões consideradas masculinas.

---

<sup>44</sup> A discussão de gênero adquire certa importância nas diretrizes curriculares para os cursos de graduação de Serviço Social, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996, sendo considerada uma discussão que deve perpassar a formação profissional. Contudo, apesar dessa constatação, não é assim que a formação profissional vem se dando efetivamente. (LIMA, 2014, p.47).

Logo, esses fatores já mencionados; feminização da profissão, subalternidade das profissões consideradas femininas, só mostram como as relações de gênero estão inseridas na sociedade. A sociedade a qual se refere, é aquela patriarcal a qual valoriza apenas o gênero masculino, em todos os âmbitos societários. Essa é uma verdade declarada desde os primórdios da organização das sociedades, mesmo com todos os avanços já conquistados pelas mulheres, a cultura patriarcal continua ditando as regras.

Essa é a realidade em que o gênero feminino se encontra, e como se não fosse o suficiente, “ainda se depara com ideários preconceituosos e que por vezes subestimam e desvalorizam a potencialidade profissional, técnica interventiva e teórico metodológico das profissões consideradas femininas, como por exemplo, o Serviço Social”. (MACHADO, 2011, p. 9). Frente a essa realidade, todas as funções e/ou ocupações que foram construídas diante dessa lógica, se tornam desvalorizadas por terem mulheres como as suas representantes.

Portanto, a prática profissional dos assistentes sociais no cotidiano<sup>45</sup> encontra uma gama de situações frente aos sujeitos que vivenciam as expressões da questão social, sendo esses em sua maioria mulheres que enfrentam relações desiguais permeadas pela permanência do patriarcado em nossa sociedade, que determina a existência da violência, da misoginia e de piores condições de vida e trabalho para as mulheres. Essas consequências presenciadas na vida da mulher, são pertinentes a organização da sociedade, uma vez que essas mulheres “ocupam espaços urbanos ou rurais de forma diferente, como elas utilizam diferentes bairros, locais, equipamentos sociais, entre outras questões importantes da vida social” .(YANNOULAS,2013,p.53).

Assim, vemos que no tocante às expressões da questão social, a vida social, econômica e política das mulheres, são diferentemente atingidas, pois a sociabilidade que se tem em volta da mulher é permeada pela sua própria responsabilização social no âmbito da reprodução social, o que acaba por reiterar a ausência do Estado frente às demandas de toda a sociedade que muitas vezes são atendidas por meio do trabalho das mulheres, devido à sua condição de subalternidade na sociedade.

---

<sup>45</sup> “De forma pulverizada, quando não isolada, algumas(uns) profissionais de Serviço Social têm se aproximado dos estudos de gênero e insistido na importância da transversalidade dessa categoria na mediação teórica sobre as demandas que surgem no cotidiano das práticas”.(LISBOA, 2010, p. 72).

Junto a isso é importante lembrar que a autora Saffioti (2004), “nos esclarece que é a partir de 1975 após um artigo da antropóloga Gayle Rubin que os estudos de gênero cresceram”. (CANUTO, 2010, p. 35).

Conforme Scott (1995) o uso do termo “gênero”, refere-se às origens sociais das identidades de homens e mulheres: [...] Rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar a luz e de que os homens têm uma força muscular superior [...] trata-se de uma forma de se referir as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. (SCOTT, 1995 p.75 apud OLIVEIRA, 2009, p.70).

Porém, as questões de gênero só foram inseridas no âmbito profissional do Serviço Social, segundo Faury (2003), nos anos de 1990<sup>46</sup>, associadas à aplicação de políticas públicas aplicadas pelos programas de governo da época direcionados às mulheres. Ainda segundo a autora, os congressos de Serviço Social da época incluíram esses debates graças aos avanços conquistados pelas mulheres nos anos de 1970.

Essa aproximação com a temática “se tornou possível e substantivo, somente a partir dos anos de 2000, com a conformação do novo projeto ético-político-profissional, fundado nos princípios da liberdade, da autonomia e da emancipação”. (TEIXEIRA; ALVES, 2015, p. 9).

Como um dos marcos do processo de construção do projeto ético político<sup>47</sup> do Serviço Social, houve a promulgação do Código de Ética Profissional das/os Assistentes Sociais em 1993, referenciados pela Lei 8.662/93 que regulamentou a profissão de Assistente Social. Sendo estas, legislações que expressam que a profissão tem como valor ético central a liberdade que direciona os profissionais a assumirem o compromisso com a emancipação dos indivíduos. O que segundo Netto (1999) vai objetivando uma nova ordem societária:

---

<sup>46</sup> “o tema passou a estar mais presente na preocupação dos profissionais, cuja maioria é composta por mulheres, atendendo uma clientela formada também majoritariamente por mulheres”. (FAURY, 2003, p.110).

<sup>47</sup> O conjunto de mudanças teórico-metodológico e ético-político que se efetivam no Serviço Social brasileiro a partir desse período alicerça o que hoje denominamos de projeto ético-político profissional e sintetiza um processo permeado de debates, lutas, conquistas, tensões e desafios. Processo que, por ser histórico, encontra-se aberto às determinações societárias, à dinâmica da luta de classes, à relação entre Estado e sociedade e às possibilidades que emanam das contradições postas na realidade. (BARROCO, 2012 p.10).

Este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.( p. 15-16).

Com essa perspectiva a atuação profissional passa a se basear nos fundamentos teóricos, ético-políticos e técnico-operativos, associados a uma concepção crítica e dialética da realidade social, o que “possibilita uma releitura das diferentes expressões da “questão social”, dos espaços sócio-ocupacionais do trabalho profissional, a buscar novas alternativas metodológicas e a superar posturas fatalistas e voluntaristas viabilizadoras”. (LISBOA, 2016, p.8).

Assim, foi a partir desse processo que questões relacionadas ao patriarcado, gênero e feminismo passaram a ser debatidas e consideradas no âmbito da formação e da atuação profissional.

Com isso, e considerando a importância dessas discussões tanto para a categoria profissional, quanto para o entendimento mais geral dessa problemática no âmbito da sociedade contemporânea, veremos a seguir alguns elementos desse debate, buscando entender como o mesmo pode colaborar com a superação das relações de subalternidade enfrentadas pelas mulheres na categoria profissional.

### **3.2 As contribuições do feminismo no enfrentamento às relações de subalternidade enfrentadas pelo Serviço Social na atualidade**

Como já mencionado, a construção do Serviço Social é marcada pela presença das mulheres. Buscando entender melhor esse processo, é importante apontarmos os principais determinantes e implicações dessa feminização.

Primeiramente, é importante colocar que a existência da divisão sexual do trabalho na organização da sociedade é um aspecto determinante para a predominância feminina em algumas profissões, dentre as quais está o Serviço Social:

A escolha da profissão não é dada de uma maneira aleatória. Nós mulheres, somos educadas a ir adquirindo determinadas qualidades, aptidões que vamos incorporando como se fossem naturais ou biologicamente definidas, correspondendo à ideologia dominante, que é patriarcal e encontra na divisão sexual do trabalho sua base material central. (CISNE, 2011, p. 61).

Esse debate tende a mostrar que os determinantes dos homens e mulheres a ocupar espaços e profissões estão muito além de seus aspectos biológicos, ele trata de uma construção histórica de subalternidade das mulheres presente no mundo do trabalho. Diante disso, precisamos entender como a profissão do Serviço Social<sup>48</sup> está inserida nas relações de gênero e o porquê o perfil profissional é em sua maioria de mulheres.

A divisão sexual do trabalho além de designar o que é o trabalho de homem e o que é trabalho de mulher, acaba por atender aos interesses do capital. Todas as profissões designadas femininas são “em alguma medida, extensivas às atividades domésticas e estão vinculadas às práticas do chamado cuidado, cuidado com o outro” (CISNE, 2001, p. 61). Essa influência perdurou por muitos anos na história do Serviço Social. As primeiras profissionais para ingressarem precisavam ter os atributos tidos como femininos; docilidade, amor ao próximo e desinteresse pessoal, entre outros. Dessa forma, o Serviço Social não era considerado “como trabalho técnico-especializado, marca comum em profissão considerada de mulheres”. (CISNE, 2011, p. 63).

---

<sup>48</sup> No Brasil, os estudos pelo tema surgiram nos anos de 1990, que é um momento marcado pela movimentação feminina e feminista frente aos seus direitos e principalmente no mundo do trabalho.

Assim, diante desse histórico, vimos que mesmo com a renovação profissional, a identidade feminina não se afastou da categoria.

Para a fundamentação dessa lógica que acompanha o histórico da profissão, foi visto que em sua gênese não havia o debate da questão social como resultado da contradição capital *versus* trabalho. Nesse primeiro momento a intervenção frente às expressões da questão social se davam de forma “moralizante e lançando mãos das qualidades consideradas inatas às mulheres. Havia também um processo grandioso de responsabilização das mulheres em relação às expressões da questão social”.(CISNE, 2011, p. 64).

Todos os problemas sociais eram de forma direta relacionados à mulher, logo, “a consciência do posto cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades”. (IAMAMOTO, 2009, p. 172).

No contexto da realidade brasileira dos anos de 1930, o enfrentamento da questão social não cabia mais como caso de polícia, e por isso foi preciso desenvolver uma nova forma para o seu enfrentamento. Nesse período, a classe trabalhadora passou a ampliar seus processos de luta, construindo experiências com vistas à conquista de sua autonomia política, o que levou à impossibilidade do Estado manter o enfrentamento da questão social apenas com medidas coercitivas. Assim sendo, em meados da segunda República do Brasil, presidida por Getúlio Vargas, houve o reconhecimento da questão social como questão política. Sendo que foi nesse contexto que se fundaram as primeiras Escolas de Serviço Social no país, conforme abordamos no capítulo anterior.

Desde então, a feminização do Serviço Social se tornou uma característica fundamental ao longo de sua trajetória. Fato que ao resgatarmos o histórico da profissão, vimos que está associado à condição de subordinação das mulheres na sociedade.

Diante disso, a feminização da profissão está associada aos aspectos que geram a subalternidade social da profissão juntamente com os baixos salários e a desqualificação profissional da mulher. Essa subalternidade reforça ainda que para o exercício desse trabalho, não precisa ter uma formação técnico-opetiva, basta os processos de trabalho

serem executados por qualquer pessoa que se sinta preparada. Um outro aspecto vinculado a subalternidade é o pertencimento à área social, e não aos cálculos matemáticos.

A subalternização das profissões tidas como femininas, colaboram somente para o interesse e lucro do capital. De acordo com Cisne(2011), como exemplo, podemos citar aqui o trabalho doméstico. Essa função é naturalmente designada às mulheres, e como é considerado apenas uma extensão das práticas femininas, não se tem o custo para o cálculo do salário, sendo assim há o desoneração do capital.

Nós como profissionais do Serviço Social, precisamos entender que quanto mais demora-se para se ter as discussões, mais a categoria estará limitada para atuar frente às questões de gênero e processos de trabalho presentes no cotidiano profissional. É importante ressaltar que o estudo sobre o fenômeno da feminização deve ser tratado pela perspectiva teórico e metodológico marxista.

Assim, o cerne da questão não é ser composta em sua maioria por mulheres, mas “ a questão é a profissão no seio da divisão social e sexual do trabalho ser considerada feminina”.(CISNE, 2011, p. 66). Dessa forma, a autora ainda destaca que qualquer profissão associada ao cuidado se encontra na reprodução social e que consequentemente sofre com o desprestígio social:

As profissões vinculadas ao mundo da reprodução tendem a não só ser atribuídas ao feminino, mas também ao desvalor, posto que sua importância para a garantia da produção é invisibilizada e considerada muito mais uma obrigação feminina do que um trabalho especializado. (CISNE, 2011, p. 66).

Assim, quando “desresponsabilizamos o Estado pela reprodução social, o que implica na despolitização da questão social, à medida que a moralizamos e responsabilizamos os indivíduos, mais precisamente as mulheres” (CISNE, 2011,p. 65), estamos corroborando para justificativas da feminização do Serviço Social.

O Serviço Social hegemonicamente construiu um novo viés das dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo a partir da construção do atual projeto ético-político. Porém, ainda existem traços conservadores tanto no exercício da profissão, como na visão que a sociedade tem da categoria que acabam por reforçar a naturalização das qualidades femininas para com a profissão. O que se coloca como um

complexo desafio a ser enfrentado pela categoria profissional, uma vez que subtede-se a partir desses ideais conservadores que exista uma predisposição das mulheres para profissões como a do Serviço Social, em função da sua condição biológica, por exemplo.

Sendo assim, para a luta da valorização das profissões consideradas das mulheres, é que se faz necessária a vinculação ao feminismo<sup>49</sup>. Esse movimento, “radicaliza a democracia, em termos de contestação aos valores e às práticas conservadoras”. (CISNE, 2011, p. 66). Logo, podemos afirmar que o movimento compartilha dos valores defendidos pelo Serviço Social. Os ideais que o feminismo defende e contribui, são essencialmente para a luta da liberdade, que por sua vez, é o valor ético central da profissão<sup>50</sup>:

Embora tenhamos feito um processo de renovação profissional, a permanência desse selo de identidade profissional do feminino, ainda continua persistente tanto no imaginário da sociedade, em termos do que se espera de uma assistente social, como também na reprodução de prática conservadoras vinculadas ao reforço da naturalização das qualidades consideradas inatas às mulheres, bem como na responsabilização das mesmas pelas expressões da questão social. (CISNE, 2011, p. 64).

As reflexões do feminismo permitem ainda desconstruir os papéis conservadores destinados à mulher, e a qualquer profissão que as designem ao trabalho reprodutivo. Com isso, o feminismo tem como valor ético-político a liberdade no sentido de se pronunciar contra as definições que a sociedade definiu como natural das mulheres.

O Serviço Social baseado pelas perspectivas feministas<sup>51</sup>, leva os profissionais a se movimentarem frente a questão “da ética, da equidade, da justiça e da igualdade, reivindicando-as como parte integrante de um novo paradigma civilizatório e de um projeto político emancipatório”. (LISBOA, 2015,p.107).

---

<sup>49</sup>“O movimento feminista é um movimento sociocultural, que luta por justiça e equidade nas relações entre homens e mulheres e, sobretudo, luta para garantir os direitos humanos, principalmente o das mulheres em função do alto nível de violência e discriminação que padecem”.(LISBOA, 2010, p. 68).

<sup>50</sup> O debate feminista ingressa de forma mais ampla no Projeto Ético-Político do Serviço Social nos anos 1990, por meio da adoção da expressão “gênero”, o que pode ser observado na literatura profissional, nos instrumentos normativos da profissão, como o Código de Ética (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996) e na organização política da categoria. (OLIVEIRA, 2013, p. 142).

<sup>51</sup> É fundamental que o profissional de Serviço Social reconheça a importância da teoria, porém, que a mesma não seja utilizada como um cavalo de força, uma vez que as teorias servem para nortear reflexões, estabilizam provisoriamente determinadas interpretações, porém, são afluídas, modificam-se, atualizam-se, acompanhando o movimento dialético da própria realidade. (LISBOA, 2010 p.89).



Sendo esse movimento um alicerce para o Serviço Social, uma vez que a categoria é formada em sua essência por mulheres, e por todos os aspectos já mencionados:

entende-se como necessário que as(os) assistentes sociais se reconheçam como sujeitos históricos, com capacidade para utilizar ferramentas que deslegitimem uma visão estabelecida de realidade social, desconstruindo o sujeitamento da profissão ao longo da história e constatando que o Serviço Social no Brasil tem passado por sucessivas crises de identidade, justamente porque o discurso imposto pela academia não condiz com as práticas do cotidiano que envolvem incessantemente dimensões da vida que vão além da classe.(LISBOA, 2010, p. 74).

A autora ainda destaca que esses estudos, além de desconstruir os papéis impostos a homens e mulheres pela sociedade, proporciona:

Estratégias de resistência, reinventando as mulheres, reinventando uma fala, um saber submetido, constituindo comunidades de debate garantido o direito de questionar, desconstruindo discursos que se impõe como única verdade bem como papéis impostos pela sociedade, possibilitando novos rumos para a construção de conhecimento. (LISBOA, 2010, p.98).

Dessa forma, o debate deve ser construído juntamente com os aspectos profissionais do Serviço Social, pois por meio dele conseguimos adotar novas mediações teóricas e práticas frente às demandas profissionais.

Essa mediação ainda permite melhores condições para as lutas pela conquista e a autonomia das mulheres seja na vida política, econômica e sexual. Ela ainda impulsiona mulheres a se enxergarem como emancipadas e livres para ocuparem os cargos e as ocupações que quiserem.

Por isso, o profissional do Serviço Social, sabendo dessa realidade, deve utilizar de todos os aparatos profissionais e legais para a desconstrução dessa lógica machista opressora, e em suas práticas deve visar a construção de uma sociedade justa e igualitária.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos por meio desse estudo refletir sobre as condições de subalternidade enfrentada pelas mulheres no mercado de trabalho tendo como referência o processo de feminização no Serviço Social.

Percorrendo alguns elementos principais sobre trajetória do mundo do trabalho, foi possível perceber as condições e as contradições da realidade da inserção da mulher no mercado de trabalho e suas implicações frente à organização capitalista. Frente aos percalços e mudanças societárias, a acumulação flexível trouxe a flexibilização da produção e diversificou as formas de exploração do trabalho a partir da década de 1970, o que levou à ampliação da força de trabalho assalariada e da produção de uma forma geral, ocasionando o aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho, assim como, da divisão sexual do trabalho.

Diante disso, percebemos que o capitalismo contemporâneo conseguiu intensificar a exploração da força de trabalho, como principal mecanismo de enfrentamento à crise do capital iniciada na década de 1970. Sendo considerado uma estratégia para a exploração da força de trabalho, onde suas bases estão na divisão sexual do trabalho. Logo, a expansão do trabalho assalariado monta uma estrutura favorável para o capital, pois reforça a relação do poder dos homens com as mulheres. Sendo assim, é a partir dessa ordem do capital que as mulheres estão em sua maioria inseridas em condições de trabalho mais precárias e com menores salários, em comparação com os homens.

Essas configurações nos mostraram mais uma vez como o mundo do trabalho tem como um de seus pilares as desigualdades de gênero. Assim sendo, as oportunidades desiguais oferecidas às mulheres são consequências de uma cultura patriarcal que foi intensificada no contexto da reestruturação produtiva.

Frente a essa realidade, vimos como as relações de produção capitalistas – em particular no contexto da reestruturação produtiva e do neoliberalismo – foram se associando cada vez mais à desigualdade de gênero para ampliar o processo de acumulação do capital. Desta forma, podemos ver como a questão da divisão sexual do trabalho está imbricada aos debates da sociedade capitalista.

Junto a isso, foi possível compreender que o Serviço Social é uma das profissões inseridas na divisão social do trabalho, que é permeada por aspectos referentes à permanência da divisão sexual do trabalho na sociedade contemporânea. Sendo que uma das principais expressões disso são os aspectos de subalternidade que permeiam a profissão, e a relação que há entre esta problemática e o fato do Serviço Social ser uma profissão composta em sua maioria por mulheres.

Com isso, buscamos neste estudo refletir sobre os papéis designados a mulher ao longo dos anos, e reforçar que a categoria não é uma extensão dos cuidados da mulher, e sim um trabalho técnico especializado que se expandiu e se regulamentou no contexto internacional da ordem monopólica. Portanto, abordar esse tema no Serviço Social é abrir espaços para discussões que rompam com o conservadorismo que ainda existe na profissão e determinismos biológicos das características femininas que as levam para determinadas profissões.

Desta maneira, percebemos que mesmo depois do Serviço Social construir hegemonicamente no Brasil um Projeto ético-político de caráter emancipador, vinculado aos interesses da classe trabalhadora e aos compromissos com a democracia, a igualdade, a justiça social e a liberdade, ainda é possível ver traços conservadores tanto no exercício da profissão como na visão que a sociedade tem da categoria, que acabam por reforçar a naturalização das qualidades femininas para com a profissão. Por isso, romper com essa visão no âmbito da categoria profissional e contribuir para que a sociedade debata e enfrente essas questões é um importante desafio que precisa ser enfrentado na atualidade.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NOGUEIRA, Claudia. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. Campinas. Autores associados. 2004

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo. Livraria quatro artes. 1969.

ÁVILA, Maria. Reflexões sobre a divisão sexual do trabalho. In: Teixeira, M. e Alves, M. (Org.). Feminismo e Gênero: Desafio para o Serviço Social. Brasília: Editorial Abaré, 2015.

YANNOULAS, Silva. Divisão sexual do trabalho, tempo e gênero: as mulheres e o Serviço Social. In: Teixeira, M. e Alves, M. (Org.). Feminismo e Gênero: Desafio para o Serviço Social. Brasília: Editorial Abaré, 2015.

CISNE, Mirla. Divisão sexual do trabalho, feminismo e Serviço Social. In: Teixeira, M. e Alves, M. (Org.). Feminismo e Gênero: Desafio para o Serviço Social. Brasília: Editorial Abaré, 2015.

CISNE, Mirla. Serviço Social: Uma profissão de mulheres para mulheres? Uma análise crítica da categoria gênero na história da “feminização” da profissão. 2004. Tese (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco. 2004

LEAL, Maria. Mulher para toda obra: a representação social do trabalho feminino na mídia dos anos 1990. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2004.

CANUTO, Gabriela. A formação profissional em Serviço Social e a sua interface com a categoria gênero. 2015. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

RUSSO, Glaucia. et al. Questão social e mediação de gênero: a marca feminina na Assistência Social. Brasília: 2008

GRAY, David E. *Pesquisa no Mundo Real*. 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

LUCKÁS, Gyorgy. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. 1968.

ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico (1880). Tradução de Roberto Goldkorn. São Paulo: Global Editora, 1978.

Modelos de referência e citação com base nas normas da ABNT. Disponível em: <<http://www.sorocaba.unesp.br/Home/Biblioteca/modelo-de-citacoes2.pdf>> acesso em: 2 de nov. 2016.

LISBOA, TERESA. Feminismos, pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social. In: Teixeira, M. e Alves, M. (Org.). Feminismo e Gênero: Desafio para o Serviço Social. Brasília: Editorial Abaré, 2015.

LEAL, Maria. Mulher para toda obra: a representação social do trabalho feminino na mídia dos anos 1990. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2004.

MARCONDES, Mariana. O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho. In: Yannoulas, S. C. (Org.). Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Abaré. 2013

CISNE, Mirla. Questão social e a mediação de gênero: a marca feminina na Assistência Social. Brasília, v.10, n.22, p.129-159, jan/jun. 2008.

CISNE, Mirla. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminina. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>> acesso em: 8 de set. 2016

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

Anais do Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas ,n. I, 2010, Londrina. A relação de gênero como parte constitutiva de discussão do exercício profissional do Assistente Social. Londrina. 2010, p. 6

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica/ Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho, São Paulo. Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

GUIRALDELLI, Reginaldo; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. As categorias gênero e raça/etnia como evidências da questão social: uma reflexão no âmbito do serviço social. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 248-267, 2008. Disponível em <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/12/77>. Acesso em 07 de junho de 2017

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e serviço social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Revista Katálisis. Florianópolis. V. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/13n1/08.pdf>. Acesso em 07 de junho de 2017

O LUGAR DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DA/O ASSISTENTE SOCIAL. Disponível em <http://www.cpihts.com/PDF05/O%20lugar%20de%20g%C3%AAnero%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20AS.pdf> Acesso em 14 de junho de 2017

TONI, de Miriam (2003). Visões sobre o trabalho em transformação. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222003000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000100009) acesso em 12 de julho de 2017

GUERRA, Yolanda. A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL. Disponível em <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf> acessos em 12 de julho de 2017

BARROCO, Maria Lucia Silva. Código de Ética do/a Assistente Social comentado/ Maria Lucia Barroco, Sylvia Helena Terra; Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, (organizador). – São Paulo: Cortez, 2012.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009..